



RELATÓRIO DE GESTÃO

2018



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN

Autoridade Portuária
CNPJ 34.040.345/0001-90

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; da Decisão Normativa TCU nº 170/2018 e da Portaria-TCU nº 369/2018.

NATAL – RN
SETEMBRO/2019



RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

O objetivo deste relatório é permitir aos clientes, usuários e cidadãos brasileiros compreenderem o que faz a CODERN e como é gasto o dinheiro dos contribuintes para entregar políticas públicas, inerentes ao setor de transportes, capazes de promover crescimento econômico e, conseqüentemente, desenvolvimento social.

Este relatório apresenta ao acionista da CODERN, a União, e à sociedade, inclusive aos órgãos de controle, os valores e os resultados que a CODERN, Autoridade Portuária do Porto de Natal, do Terminal Salineiro de Areia Branca e do Porto de Maceió, produz e entrega, além de demonstrar seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental.

As informações aqui contidas referem-se ao ano de 2018 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, órgão colegiado de governança da CODERN.



LISTA DE ABREVIATURAS

ANTAQ - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

ANVISA - AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ATT - ÁREA DE TRANSBORDO TEMPORÁRIO

BACEN - BANCO CENTRAL

CAERN - COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CGPAR - COMISSÃO INTERMINISTERIAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DE ADMINISTRAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

CGU - CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO

CGUPAD - SISTEMA DE GESTÃO DE PROCESSOS DISCIPLINARES

COPOM - COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA

CONSAD - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COSO - COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

E-SIC - SISTEMA ELETRÔNICO DE SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO

CODERN - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

CRB - COMMODITY RESEARCH BUREAU

DOU - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBCR-NE - ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL DO NORDESTE

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

IC-Br - ÍNDICE DE COMMODITIES BRASIL

IDEMA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

IDH - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IMA/AL - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE ALAGOAS

INPC - ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADA

LAI - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

MIDIC - MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

MI - MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

MTPA - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL

OGMO - ÓRGÃO GESTOR DE MÃO DE OBRA

OGU - ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

O I - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

PAINT - PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA

PCCS - PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS

PDG - PROGRAMA DE DISPÊNDIO GLOBAL

PDTI - PLANO DIRETOR DE INFORMÁTICA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAINT

PGRS - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PNLP - PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA PORTUÁRIA

PORNAT - PORTO DE NATAL

PDZ - PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO

PPA - PLANO PLURIANUAL

PUCS - PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALÁRIOS

RCC - RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

ROL - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

SEST - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

SGA - SETOR DE GESTÃO AMBIENTAL

SIEST - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DAS ESTATAIS

SIGAP - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PORTUÁRIA

TERSAB - TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA

TCU - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

URBANA - COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS

LISTA DE QUADROS

PÁGINA

QUADRO 01. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA	23
QUADRO 02. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA CODERN EM 2018	28
QUADRO 03. EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL	42
QUADRO 04. VOLUME DAS CONTRATAÇÕES EM 2018 NATAL E TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA	44
QUADRO 05. CONTRATAÇÕES EM 2018 NATAL E TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA	44
QUADRO 06. VOLUME DAS CONTRATAÇÕES EM 2018 PORTO DE MACEIÓ	45
QUADRO 07. VALORES DAS CONTRATAÇÕES EM 2018 PORTO DE MACEIÓ	45
QUADRO 08. ATENDIMENTOS EM TI NOS PORTOS DE NATAL E DE AREIA BRANCA	49

LISTA DE TABELAS

PÁGINA



TABELA 01. NÚMERO DE AÇÕES QUE DISPÕE A CODERN	11
TABELA 02. CARGAS RELEVANTE DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA	29
TABELA 03. CARGAS RELEVANTES DO PORTOS DE NATAL	29
TABELA 04. CARGAS RELEVANTES DO PORTOS DE MACEIÓ	30
TABELA 05. DESEMPENHO DA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NOS PORTOS DA CODERN	30
TABELA 06. EVOLUÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS PORTOS DA CODERN	31
TABELA 07. MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS DOS PORTOS DA CODERN POR TIPO DE NAVEGAÇÃO	31
TABELA 08. MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS DOS PORTOS DA CODERN POR SENTIDO DA NAVEGAÇÃO	31
TABELA 09. INDICADORES DE DESEMPENHO DOS PORTOS DA CODERN	32
TABELA 10. EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DA CODERN	32
TABELA 11. ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO (OI)	33
TABELA 12. INDICADORES DE DESEMPENHO DA CODERN	37
TABELA 13. INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS – NATAL E AREIA BRANCA	37
TABELA 14. PDG 2018 INSTRUMENTOS LEGAIS AUTORIZATIVOS	39
TABELA 15. PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS PDG 2018	40
TABELA 16. PDG/ DISPÊNDIOS 2018	40
TABELA 17. GESTÃO FINANCEIRA – FLUXO DE CAIXA	41
TABELA 18. RECURSOS APLICADOS EM TI NOS 03 PORTOS	48
TABELA 19. CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS E DE RESÍDUOS POLUENTES	50

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01. Desempenho da Movimentação de Cargas.....	31
GRÁFICO 02. Evolução da Movimentação de Cargas	31
GRÁFICO 03. Taxa Média de Ocupação do Berço	32
GRÁFICO 04. Tempo Médio de Espera (MIN.)	32
GRÁFICO 05. Quadro de Pessoal Autorizado	42
GRÁFICO 06. Quadro de Pessoal Efetivo	43
GRÁFICO 07. Quadro de Pessoal por Distribuição de Lotação	43



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS DA CODERN	10
FIGURA 02. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CODERN	12
FIGURA 03. BALANÇA COMERCIAL DO BRASIL EM 2018	13
FIGURA 04. O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE EM NÚMEROS.....	14
FIGURA 05. O ESTADO DE ALAGOAS EM NÚMEROS	15
FIGURA 06. MODELO DE NEGÓCIO DA CODERN	17
FIGURA 07. DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS DO GOVERNO FEDERAL E PDZ	18
FIGURA 08. METAS DE GESTÃO ESTABELECIDAS MTPA EM 2018	18
FIGURA 09. ALINHAMENTO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA CODERN	18
FIGURA 10. MAPA ESTRATÉGICO DA CODERN	20
FIGURA 11. SISTEMA DE GOVERNANÇA DA CODERN	21
FIGURA 12. RESULTADOS DO RELACIONAMENTO DA CODERN	26
FIGURA 13. AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DA CODERN EM 2018	35
FIGURA 14. VOLUME DE RESÍDUOS SÓLIDOS, EM TON. – 2018	36
FIGURA 15. PRINCIPAIS PERSPECTIVAS NA GESTÃO DE PESSOAS	43
FIGURA 16. DISPOSITIVOS LEGAIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	44
FIGURA 17. RECURSOS INVESTIDOS E GASTO COM O SIGAP	48

SUMÁRIO

	PÁGINA
CAPÍTULO 01. VISÃO GERAL DA CODERN E AMBIENTE EXTERNO	12
1.1. A CODERN	12
1.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL.....	13
1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	13
1.4. AMBIENTE EXTERNO	15
1.5. MODELO DE NEGÓCIO	18
CAPÍTULO 02. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA	20
2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	20
2.2. MAPA ESTRATÉGICO	21
2.3. SISTEMA DE GOVERNANÇA	23
CAPÍTULO 03. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	29
CAPÍTULO 04. RESULTADOS DA GESTÃO	30
4.1. PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS	31
4.2. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO ALINHADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	39
4.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS	40
4.4. PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS	40
CAPÍTULO 05. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO	41
5.1. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	42
5.2. GESTÃO DE PESSOAS	44
5.3. GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	46
5.4. GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA	48
5.5. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	49
5.6. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	52
CAPÍTULO 06. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	53
CAPÍTULO 07. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	79





Como é de conhecimento geral, em 2018, a economia brasileira se mostrou de lenta recuperação, apresentando um crescimento de 1,1% do seu Produto Interno Bruto (PIB), aquém das expectativas iniciais do Governo Federal. Contribuíram para esse resultado, a greve dos caminhoneiros, que paralisou a produção do país, e as oscilações do dólar e da Bolsa de Valores, decorrentes de fatores internos (incertezas políticas e eleitorais) e externos (disputa comercial entre EUA e China), em 2018.

A balança comercial brasileira sentiu esse efeito e registrou redução em torno de 13,00% em comparação a 2017. As exportações tiveram um acréscimo de 10,17% frente ao ano anterior, porém, as importações cresceram num patamar de 19,70% em relação a 2017. Ressalta-se que um dos fatores que levaram à redução da balança comercial, no exercício, está vinculado ao predomínio das *commodities* agrícolas na pauta de exportação.

Apesar desse cenário, os portos administrados pela CODERN – Porto de Natal, Terminal Salineiro de Areia Branca e, por força de convênio, o Porto de Maceió - movimentaram 4.957.240 de toneladas de produtos, apresentando uma evolução de 3,93% em relação ao ano de 2017.

O Terminal Salineiro de Areia Branca foi responsável por 49,18% desse volume; o Porto de Maceió por 35,61% e o Porto de Natal 15,21%, mantendo um desempenho operacional que assegurou os embarques e os desembarques das cargas disponibilizadas pelos clientes dessas unidades portuárias.

O Terminal Salineiro, também conhecido como Porto-Ilha, operacionalizou 2.438,037 toneladas de sal a granel destinadas ao mercado internacional dos EUA para uso no degelo, e da Nigéria e de Camarões para fins comerciais; e ao mercado interno para atendimento às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste do país.

O Porto de Natal, que movimentou 753.770 toneladas, manteve elevado volume das exportações de frutas refrigeradas para a Europa, bem como a importação de trigo a granel para moinho e fábrica de massas contígua ao porto, além da movimentação de outros produtos, com destaque para o embarque de sal a granel para Europa, diversificando, assim, seus negócios.

O Porto de Maceió movimentou 1.765.433 toneladas de cargas, cujo maior destaque foi para as exportações de açúcar a granel destinadas ao mercado internacional, embora atenda também ao mercado interno com embarques e desembarques de petróleo e seus derivados (gasolina, óleo diesel) e álcool anidro.

O volume de negócios gerado por esses 03 portos foi no montante de R\$ 62.102.138,91, superior 18,90% a 2017.

No exercício de 2018, não foram realizados projetos estruturantes, embora tenha havido a autorização para contratar os serviços de reparo da parte ampliada do Terminal Salineiro de Areia Branca, realizado processo licitatório no início de 2019 sem êxito por não ter comparecido empresas (licitação deserta).

Os investimentos em infraestrutura terrestre e marítima nos seus portos foram bastante reduzidos em relação ao volume aprovado no Orçamento Geral da União (R\$ 35.264.381,00), sendo investido o valor de R\$ 2.429.929,00, que representou apenas 6,89% do montante aprovado.

No que diz respeito à gestão empresarial, destacamos a implantação das áreas de Conformidade e Gestão de Riscos e da Ouvidoria, em atendimento à Lei nº 13.303/2016, de fundamental importância para elevar o nível de governança da CODERN.

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE DA CODERN

Registramos que o desempenho econômico e financeiro da CODERN continua a manter a performance negativa, com um Resultado Líquido de R\$ 146.232.542,10 de prejuízo, mesmo com os esforços comerciais e de produtividade operacional dos portos de Natal, do Terminal Salineiro de Areia Branca e do Porto de Maceió.

Ao assumir a nova gestão da CODERN, em fevereiro de 2019, tenho a expectativa de concretizar, em conjunto com os demais diretores, as seguintes ações estratégicas:

- ✓ Elevar o nível de governança fortalecendo a área de gestão de riscos e conformidade recentemente implantada, a Ouvidoria e a melhoria dos controles internos;
- ✓ Buscar o equilíbrio financeiro para fazer frente às suas necessidades operacionais e administrativas;
- ✓ Adotar medidas de racionalização de gastos;

- ✓ Assegurar recursos orçamentários e a sua liberação financeira para a melhoria necessária de infraestrutura marítima e terrestre de seus portos;
- ✓ Aumentar e diversificar a movimentação de cargas nos 03 portos;
- ✓ Concluir o processo de regularização ambiental dos portos de Natal e de Areia Branca;
- ✓ Implantar uma sistemática para a avaliação da eficácia das capacitações dos seus empregados; e
- ✓ Desenvolver ações para atendimento às demandas visando à segurança portuária.

Natal, RN, 02 de setembro de 2019

Elis Treidler Öberg
Diretor-Presidente

CAPÍTULO 01 - VISÃO GERAL DA CODERN E AMBIENTE EXTERNO

1.1. A CODERN

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo seu Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis. Tem por finalidade exercer as funções de autoridade portuária no âmbito de seus portos organizados no estado do Rio Grande do Norte – Porto de Natal e Porto de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal, o Porto de Maceió, do estado de Alagoas, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pelo Ministério a qual se vincula. Exerce, excepcionalmente, e mediante anuência formal do Ministério da Infraestrutura, as funções de operador portuário na condução das atividades do Terminal Salineiro de Areia Branca.

Tem como missão disponibilizar infraestrutura portuária eficaz para atender a movimentação de cargas e de passageiros e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas, e do Brasil.

A competência da CODERN, ao dispor de cais, pátios, armazéns, canais navegáveis, Terminal de Passageiros, entre outras infraestruturas, está intrinsicamente relacionada ao seu negócio de ser parte importante da logística de transporte para a prosperidade dos estados envolvidos e dos demais que compõem sua *hinterland*, de forma a garantir suas movimentações com praticidade, eficiência e economia, traduzindo-se em ganhos para clientes, usuários e sociedade.

Os portos da CODERN, ao serem aparelhados para atuarem como canais logísticos de transporte precipuamente nos estados onde estão inseridos, objetivam atender as demandas do comércio nacional e internacional dos produtores, em especial do setor agrícola, e do parque industrial, principalmente, no escoamento dos produtos produzidos. Os portos da CODERN operam mais significativamente no fluxo das exportações e importações da navegação de longo curso, impactando nos resultados da balança comercial dos estados do RN e de AL.

Integrado na Região Nordeste, onde mais se destacam economicamente os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco com elevados índices do PIB e significativos reflexos no comércio exterior de suas localizações, os portos da CODERN, mesmo assim, conseguem cumprir sua missão institucional de contribuir para o crescimento econômico e social de seus estados.

MISSÃO

Disponibilizar infraestrutura portuária eficaz para atender a movimentação de cargas e de passageiros contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do estado do Rio Grande do Norte, do estado de Alagoas e do Brasil

VISÃO

Ser porto modelo em gestão e logística de transporte do Brasil, reconhecido pela excelência de seus serviços.

VALORES

- Ética e legalidade
- Integridade, honestidade e transparência em todas as relações
- Valorização das pessoas
- Responsabilidade socioambiental
- Definição clara dos objetivos e metas
- Excelência de Serviços

FIGURA 01. Diretrizes Organizacionais da CODERN
Fonte: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/GEPLAN/CODERN

1.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A partir de 21 de junho de 2018, a União passou a ser detentora de 100% do Capital Social da CODERN, por meio da Assembleia Geral Extraordinária que alterou o Estatuto Social passando a CODERN a ser uma empresa pública porque, até essa data, era uma empresa com personalidade jurídica de economia mista.

TABELA 01. Número de ações que dispõe a CODERN

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	NÚMERO DE AÇÕES	EM R\$	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL (%)
UNIÃO FEDERAL		181.198.186.577	432.842.995,32	100,00000000
	O.N.	98.365.624.890	234.974.049,77	54,28620824
	P.N.	82.832.561.687	197.868.945,55	45,71379176

Fonte: ESTATUTO SOCIAL/GEPLAN/CODERN

1.3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional da CODERN é coesa e contempla satisfatoriamente as funções necessárias à administração portuária, dando o devido encadeamento entre as funções.

É administrada por 03 dirigentes, sendo um Diretor-Presidente; um Diretor Técnico e Comercial e um Diretor Administrativo e Financeiro.

Tem como áreas finalísticas aquelas direcionadas à promoção comercial dos portos e à gestão das operações portuárias, todas vinculadas à diretoria técnica e comercial. São responsáveis por gerar valores significativo para os clientes exportadores e importadores possibilitando alternativa logística de escoamento da produção destinada aos mercados nacional e internacional; geração de emprego e renda nos locais de produção e reflexos no desenvolvimento econômico e social das localidades onde os portos da CODERN atuam.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

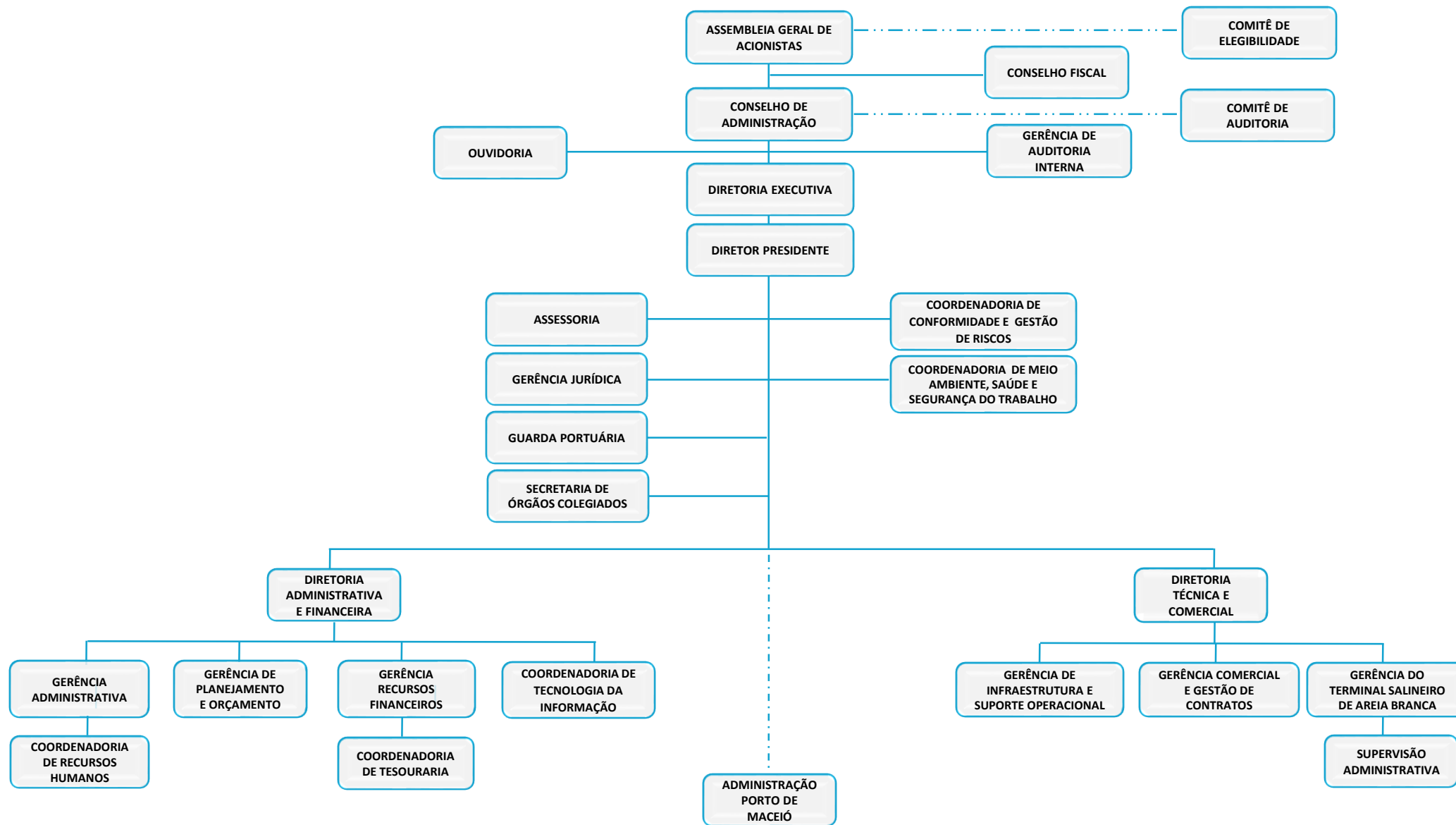


FIGURA 02. Estrutura Organizacional da CODERN
Fonte: REGIMENTO INTERNO/CODERN

1.4. AMBIENTE EXTERNO: ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

De acordo com dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC, 2019), a balança comercial brasileira, após alcançar um superávit em 2017, de US\$ 67,0 bilhões (maior valor alcançado pela série histórica desde 1989), registrou redução de quase 13,00%, fechando com saldo de US\$ 58,6 bilhões em 2018. No acumulado do ano, o país exportou o equivalente a US\$ 239,8 bilhões, um acréscimo de 10,17% em relação a 2017 (US\$ 217,7 bilhões). As importações somaram US\$ 181,2 bilhões um acréscimo de 19,70% em relação ao ano anterior (US\$ 150,7 bilhões).

Um dos fatores que levaram à redução da balança comercial em 2018 está associado ao predomínio das *commodities* agrícolas na pauta de exportação. Itens básicos incluindo essas *commodities* corresponderam a US\$ 119,3 milhões, 49% do total exportado no ano. Apesar da volatilidade dos preços no mercado mundial, houve tendência de queda a partir do segundo trimestre. O CRB - *Commodity Research Bureau* é o principal Índice utilizado internacionalmente, e reflete as oscilações nos preços de produtos básicos no mercado mundial com maior sensibilidade às flutuações econômicas. Esse índice registrou em outubro de 2018 uma variação de -7,70% em relação ao mês anterior. No Brasil, o índice de referência IC-Br, calculado pelo Banco Central-BACEN no mesmo período, apresentou uma variação de -6,11 %.

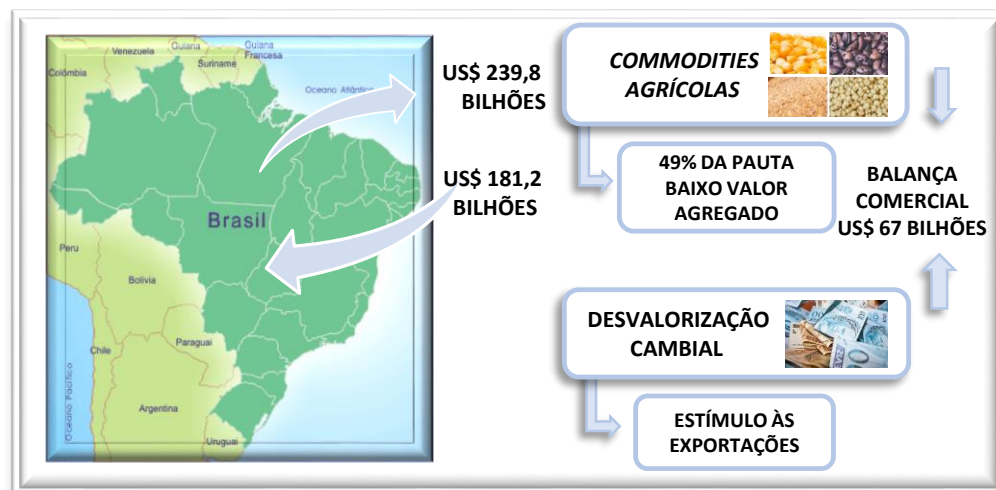


FIGURA 03. Balança Comercial do Brasil em 2018
Fonte: Dados MDIC/BACEN /Elaboração GEPLAN, 2019

Em direção oposta houve um aumento das cotações de *commodities* energia, que contribuiu negativamente para o saldo da balança comercial. Com a elevação dos preços internacionais dessas *commodities* as importações de petróleo e seus derivados totalizaram US\$19,7 bilhões em 2018, uma variação de 23,80% em relação a 2017 que somou US\$ 15,9 bilhões. Outro fator relevante para a deterioração do saldo da balança comercial foi a desvalorização do câmbio no primeiro semestre de 2018: a queda nas taxas de juros domésticos refletiu automaticamente na redução da entrada de capitais externos (reflexo da elevação das taxas de juros norte-americanas), em um regime de câmbio flutuante essa redução de divisas provoca uma desvalorização da moeda nacional e induz ao aumento das exportações. De acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicada (IPEA, 2019), a taxa efetiva real de câmbio ponderada pelas exportações e baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apresentou uma desvalorização de 13,20%.

A taxa de inflação se manteve nos limites do Sistema de Metas, estabelecido pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). No acumulado de 12 meses, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA foi de 3,78%, permitindo a condução da política monetária gradualista e a manutenção da taxa de juros SELIC em 6,5% a. a. (houve redução de 0,25 pontos percentuais em março de 2018, sendo mantida pelo COPOM nas seis reuniões consecutivas).

Ainda sob um cenário de incerteza decorrente da instabilidade política ao longo do ano, a queda nas taxas de juros reais gerou uma pequena recuperação da atividade econômica nos últimos dois anos. Após registrar quedas consecutivas desde 2014, chegando a -3,5% em 2015, o PIB apresentou uma variação positiva de 1,1% contabilizando um total de R\$6,8 trilhões em 2018 (equivalente a US\$ 1,8 bilhões). A retomada do crescimento fica ainda mais evidente ao analisarmos alguns componentes de demanda interna na pauta de importação, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, apesar de todas as grandes categorias econômicas terem registrado elevações na demanda interna, houve um incremento de 76,50% nas importações de bens de capital (US\$ 28,6 bilhões) e de 11,60% (US\$ 104,9 bilhões) para bens intermediários.

1.4.1 AMBIENTE EXTERNO: ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR NO NORDESTE

De acordo com o Boletim Regional do Banco Central (BACEN), a região Nordeste apresentou baixo desempenho econômico, permanecendo abaixo da média nacional em 2018. O Índice de Atividade Econômica Regional da Região Nordeste - IBCR-NE, elaborado pelo BACEN, apontou estabilidade em relação ao mesmo período de 2017. Na análise trimestral, o IBCR-NE variou -0,10% (encerrado em novembro) comparativamente ao trimestre anterior (encerrado em agosto) cujo aumento foi de 1,20%. Fatores como a crise político econômica e a paralisação no setor de transporte contribuíram para esse impacto negativo.

Em relação ao comércio exterior, as exportações da região Nordeste tiveram uma variação positiva de 10,70% em relação a 2017, fechando o ano em US\$ 18,5 bilhões. As importações foram na ordem de US\$ 21,6 bilhões, crescimento de 11,60% quando comparado a 2017. De forma que o saldo da balança comercial do Nordeste apresentou um déficit de US\$ 3,1 bilhões, representado por uma pauta de importação predominantemente baseada em insumos e bens de produção (trigo, petróleo e seus derivados) que serão aplicados na cadeia produtiva.

RIO GRANDE DO NORTE

Segundo IBGE, o estado do Rio Grande do Norte possui área territorial de 52,8 mil km², e população estimada em 3,7 milhões com rendimento nominal mensal *per capita* de R\$ 956,00.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,684 ocupando a 16ª posição no ranking nacional (IBGE/CENSO, 2010). O PIB do Estado, em 2017, somou R\$ 6,6 trilhões (crescimento de 1,00% após resultados negativos nos dois anos anteriores), com taxa de investimento anual foi de 15,60% do PIB.

Em relação ao comércio exterior do Estado, em 2018, foi exportado o equivalente a US\$ 275,4 milhões, uma redução de 9,49% comparado ao recorde alcançado em 2017 com US\$ 304,5 milhões. Da pauta de exportação, destacam-se as *commodities*: frutas (US\$ 98,8 milhões), castanhas de caju (US\$ 20,9 milhões) e sal marinho (US\$ 16,7 milhões).

Área Territorial: 52,8 mil km²

População Estimada: 3,7 milhões

Renda Mensal *per capita*: R\$ 956,00

PIB: R\$ 6,6 trilhões IDH: 0,684



IMPORTADO EM 2018 US\$ 166,2 MILHÕES

EXPORTAÇÕES EM 2018: US\$ 275,4 MILHÕES

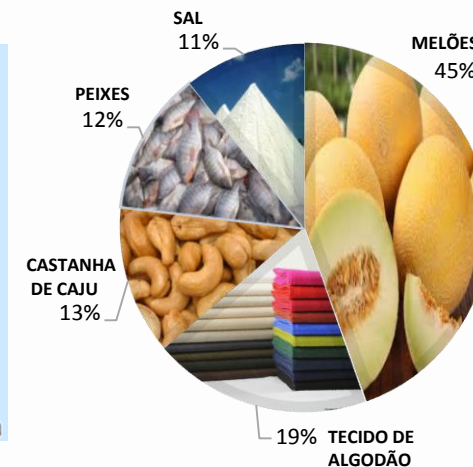


FIGURA 04 . O Estado do Rio Grande do Norte em Números

Fonte: Dados IBGE/ MDIC/Elaboração GEPLAN, 2019

Do total das importações, que somaram US\$ 166,2 milhões em 2018, 76,00% corresponderam a trigos e derivados (US\$ 63 milhões). Comparativamente a 2017, houve um decréscimo em torno 6% quando somou US\$ 176,5 milhões.

Do total exportado, US\$ 59,9 milhões se destinaram ao mercado norte-americano (36,00%), Países Baixos (Holanda) configuraram como segundo maior mercado consumidor com US\$ 47,04 milhões (28,00%), seguido da Espanha, com US\$ 28,5 milhões (17,00%). Do total importado, US\$ 60,9 milhões tiveram origem da Argentina (36,70%) e US\$ 29,1 milhões dos Estados Unidos.

O saldo da balança comercial fechou com um superávit em US\$ 109,16 milhões.

ALAGOAS

O Estado de Alagoas possui área territorial de 27,8 mil km², e população estimada em 3,1 milhões, com rendimento nominal mensal *per capita* de R\$ 714,00. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi de 0,63 ocupando a 27ª posição no ranking nacional (IBGE/CENSO, 2010). O PIB do Estado, em 2016, somou R\$ 49,5 bilhões.

No tocante ao comércio externo, as exportações alcançaram em 2018 o valor de US\$ 502,9 milhões, uma redução de 24,50% quando comparado ao ano de 2017. As importações foram de US\$ 589,8 milhões, redução de 8,4% em relação ao ano anterior, fechando com um déficit de US\$ 87,7 milhões. Contribuíram para esse resultado, a queda nas exportações de açúcar em 2018, item com maior participação na pauta de exportação do Estado (57,00%). Destaca-se ainda na pauta de exportação produtos manufaturados (35,00%) seguido de produtos básicos (2,82%).

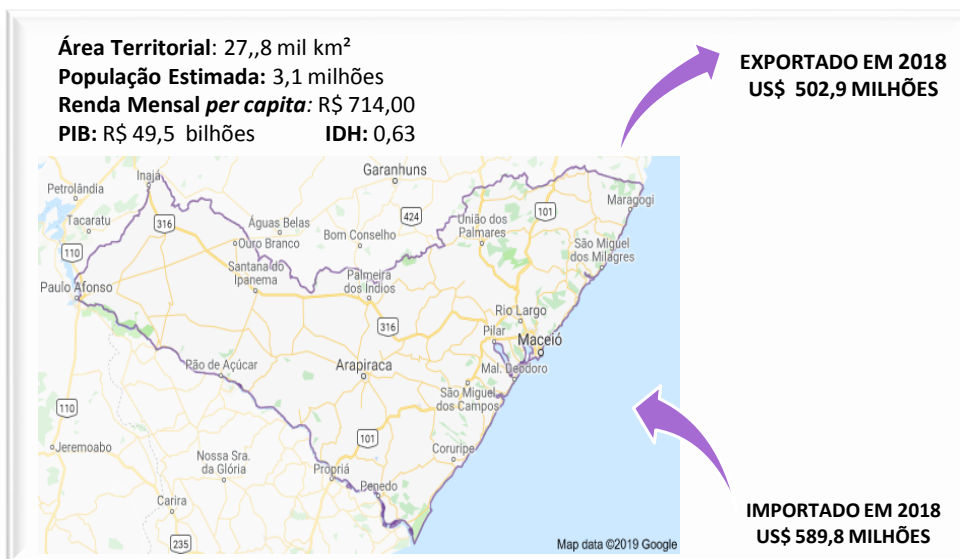


FIGURA 05 . O Estado De Alagoas em Números
 Fonte: Dados IBGE/ MDIC//Elaboração GEPLAN, 2019

1.4.2. IMPACTOS E OPORTUNIDADES

Diante desse cenário externo, pode-se destacar como eventos que impactaram, de certa forma, as atividades portuárias:

- ✓ Incertezas políticas (ano eleitoral e eleição presidencial);
- ✓ Incertezas econômicas com reflexos no planejamento orçamentário;
- ✓ Baixo crescimento econômico (influenciado pela paralisação dos caminhoneiros);
- ✓ Desvalorização cambial (favorável às exportações);
- ✓ Não concretização financeira dos recursos destinados em LOA.

No entanto, pode-se extrair as oportunidades para 2019:

- ✓ Estabilidade política com eleição definida;
- ✓ Programa de governo buscando retomada do crescimento econômico;
- ✓ Possibilidade da manutenção da taxa de juros em patamares que favoreça a produção e o consumo;
- ✓ Tendência de elevação das exportações.

1.5. MODELO DE NEGÓCIO

Conforme dispõe a Lei nº 12.815/13 – Lei dos Portos, entre outras atribuições, é de responsabilidade da Autoridade Portuária fiscalizar e zelar pela realização das operações portuárias, de forma regular e eficiente.

A operação portuária compete a um operador portuário pré-qualificado pela Autoridade Portuária, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Ministério da Infraestrutura, através da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários/SNPTA/MInfra.

A CODERN desempenha a função de Autoridade Portuária dos portos públicos de Natal, do Terminal Salineiro de Areia Branca e de Maceió.

Cabe a ela prover e manter infraestrutura marítima (canal navegável e sinalizado) e terrestre (cais, pátios e armazéns) para possibilitar e fiscalizar a operação portuária.

A operação portuária (embarque, manuseio e desembarque de produtos) é executada por operadores privados, os quais são também responsáveis pelo provimento da infraestrutura (empilhadeiras, guindastes, etc.) necessária às operações.

Os operadores utilizam força de trabalho, não vinculada à CODERN, cadastrada e qualificada no Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO) para realizar suas operações.

Excepcionalmente, o Terminal Salineiro de Areia Branca, localizado em alto mar, é operacionalizado totalmente por quadro próprio de empregados, tendo a CODERN, assim, a função de autoridade e de operador portuário.

A infraestrutura disponível nos portos possibilita a oferta de serviços de linha de navios de cargas e de turismo pelos agentes de navegação. Para atender a demanda de cruzeiros, o Porto de Natal dispõe de um Terminal Marítimo de Passageiros.

A infraestrutura mantida pela CODERN e explorada pelos operadores privados e agentes de navegação ocorre mediante o pagamento de tarifas portuárias.

Os portos administrados pela CODERN se destacam principalmente na exportação de frutas e importação de trigo a granel, pelo Porto de Natal; escoamento de sal a granel, pelo Terminal Salineiro de Areia Branca, cujo maior produtor brasileiro é o Rio Grande do Norte; e açúcar a granel, pelo Porto de Maceió.

Assim, os portos atuam como parte importante da logística de transporte para o desenvolvimento dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas, garantindo movimentações com praticidade, eficiência e economia aos clientes exportadores e importadores e atuando em consonância com as autoridades intervenientes em sua operacionalidade e com seus parceiros.

A Figura 06 apresenta o Modelo de Negócio da CODERN.

..

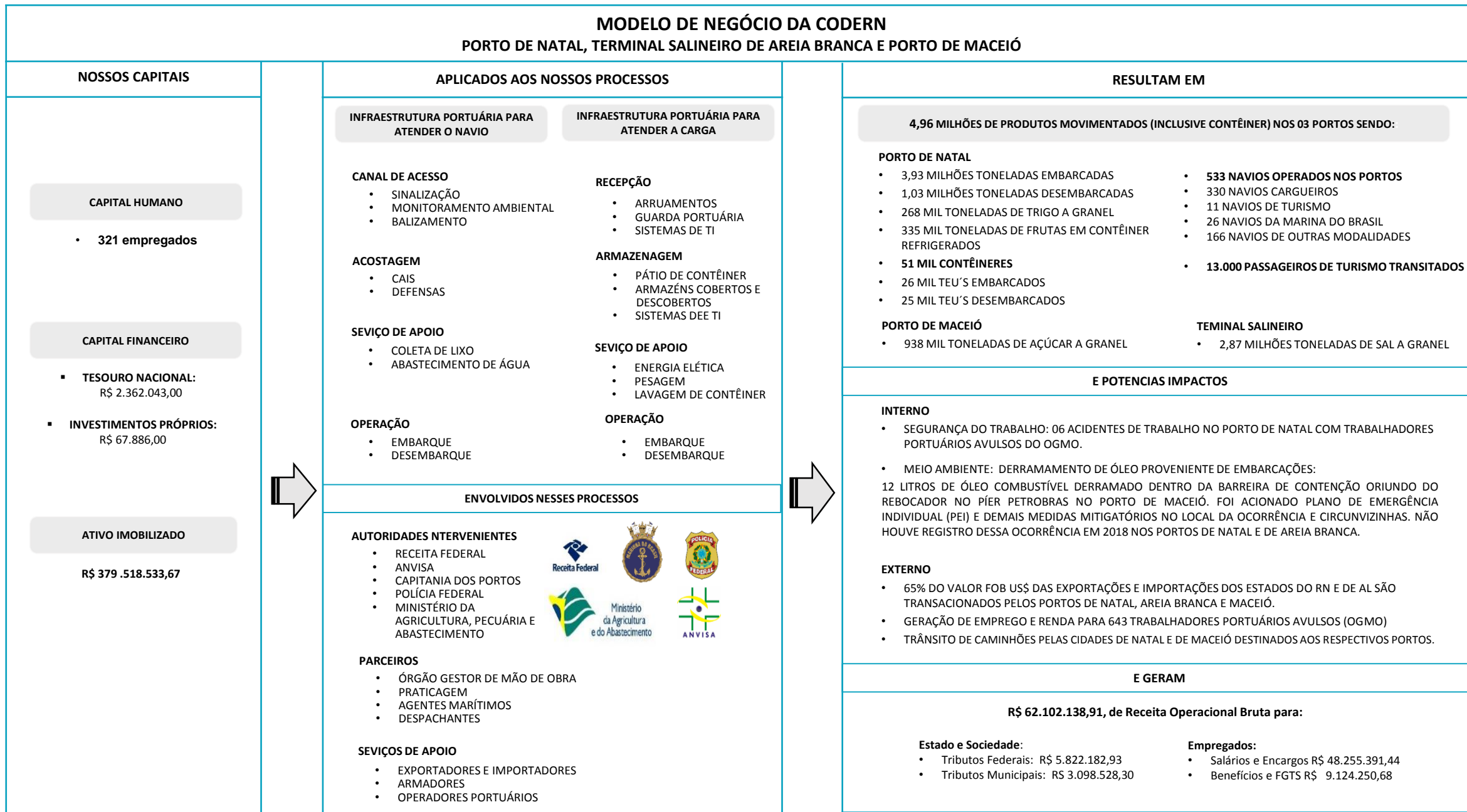


FIGURA 06 . Modelo de Negócio
 Fonte: CODERN

2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A Lei dos Portos, Lei nº 12.815, de 05/06/2013, tem como propósito incentivar a modernização da infraestrutura e da gestão portuária; estimular a expansão dos investimentos privados no setor; produzir a redução de custos e o aumento da eficiência portuária; e buscar a retomada da capacidade de planejamento portuário, com a reorganização institucional do setor e a integração logística entre modais.

Com base na legislação, o Governo Federal, por meio do PPA 2016-2019, definiu, para o Programa Temático Transporte Aquaviário, ao qual a CODERN se vincula, a adequação da capacidade portuária à demanda de carga e de passageiros, promovendo melhorias nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias; aprimoramento da governança e modernização da gestão; melhoramento da produtividade, nível de serviços e otimização dos fluxos logísticos do sistema portuário na movimentação de carga e transporte de passageiros; e promoção da sustentabilidade ambiental, assim como a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.

O então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, atualmente Ministério da Infraestrutura, ministério supervisor da CODERN, promove o planejamento governamental para o setor portuário nacional, por meio do Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP e dos Planos Mestres. Baseados nesses instrumentos, cabe à administração portuária elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ de seus portos organizados. (FIGURA 07)

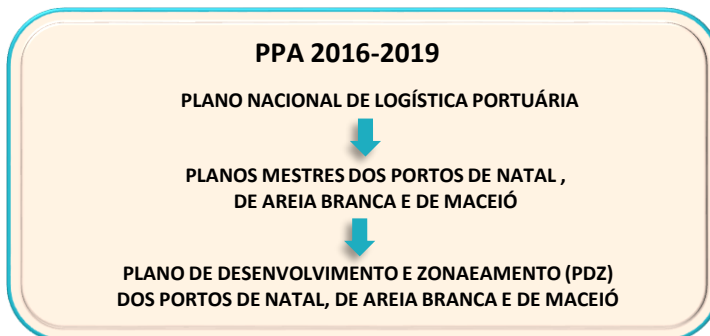


FIGURA 07. Alinhamento do Planejamento Estratégico da CODERN
Fonte: GEPLAN/CODERN

Em 2018, o ministério supervisor estabeleceu metas de gestão para CODERN, focadas no planejamento, gestão e desenvolvimento do setor portuário, dando ênfase para:

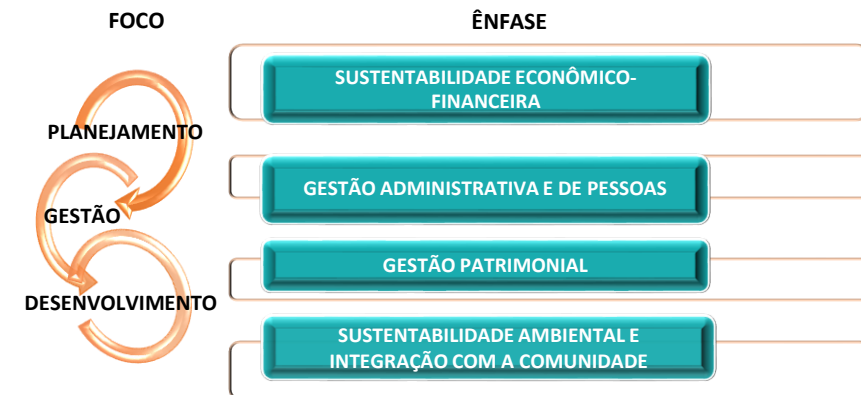


FIGURA 08 . Metas de Gestão estabelecidas pelo MTPA em 2018
Fonte: GEPLAN/CODERN

A Diretoria-Executiva da CODERN vem trabalhando seu Planejamento Estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração, totalmente alinhado aos direcionadores estratégicos do Governo Federal (PPA, PNLP e Plano Mestres) e ao PDZ dos portos de Natal, de Areia Branca e de Maceió), conforme ilustrado na Figura 09.



FIGURA 09 . Alinhamento do Planejamento Estratégico da CODERN
Fonte: GEPLAN/CODERN

2.2. MAPA ESTRATÉGICO

No Mapa Estratégico, ilustrado na FIGURA 10, constam as informações da Missão, da Visão e das Diretrizes Estratégicas (objetivos estratégicos) da CODERN, organizado em 04 perspectivas: Financeira e Social; Clientes; Processos Internos e Pessoas; e Tecnologia.

Em 2018, os portos da CODERN perseguiram os seguintes objetivos estratégicos:

- AMPLIAR A SUSTENTABILIDADE**
- OTIMIZAR GASTOS**
- AUMENTAR A RECEITA OPERACIONAL**
- AMPLIAR A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E DE PASSAGEIROS**
- VIABILIZAR PROJETOS DE INFRAESTRUTURA (GESTÃO ORÇAMENTÁRIA)**
- INFRAESTRUTURA TERRESTRE E MARÍTIMA COMPETITIVA**
- SERVIÇO DE QUALIDADE**
- GESTÃO SOCIOAMBIENTAL**
- MELHORAR A CAPACITAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS**
- TER SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO INTEGRADOS E EFICIENTES**

A partir desses objetivos e dos desafios identificados, foram adotadas as seguintes ações estratégicas:

- FORTELECIMENTO DA AÇÃO COMERCIAL**
- MELHORIAS DE ACESSOS AQUAVIÁRIOS**
- MELHORIA DE ACESSOS TERRESTRES**
- MELHORIA DAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS**
- MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA**
- REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL**
- PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS**
- PROMOÇÃO À SAÚDE E À QUALIDADE DE VIDA**
- GESTÃO COMPRAS E CONTRATAÇÕES**
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**
- PROJETO DE MELHORIA DO CLIMA ORGANIZACIONAL**
- COMUNICAÇÃO DA CODERN (INTERNO E EXTERNO)**

MAPA ESTRATÉGICO

MISSÃO: DISPONIBILIZAR INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA EFICAZ PARA ATENDER A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS E DE PASSAGEIROS CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E SUSTENTÁVEL DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO NORTE, ALAGOAS E DO BRASIL

VISÃO: SER PORTO MODELO EM GESTÃO E LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DO BRASIL, RECONHECIDO PELA EXCELÊNCIA DE SEUS SERVIÇOS

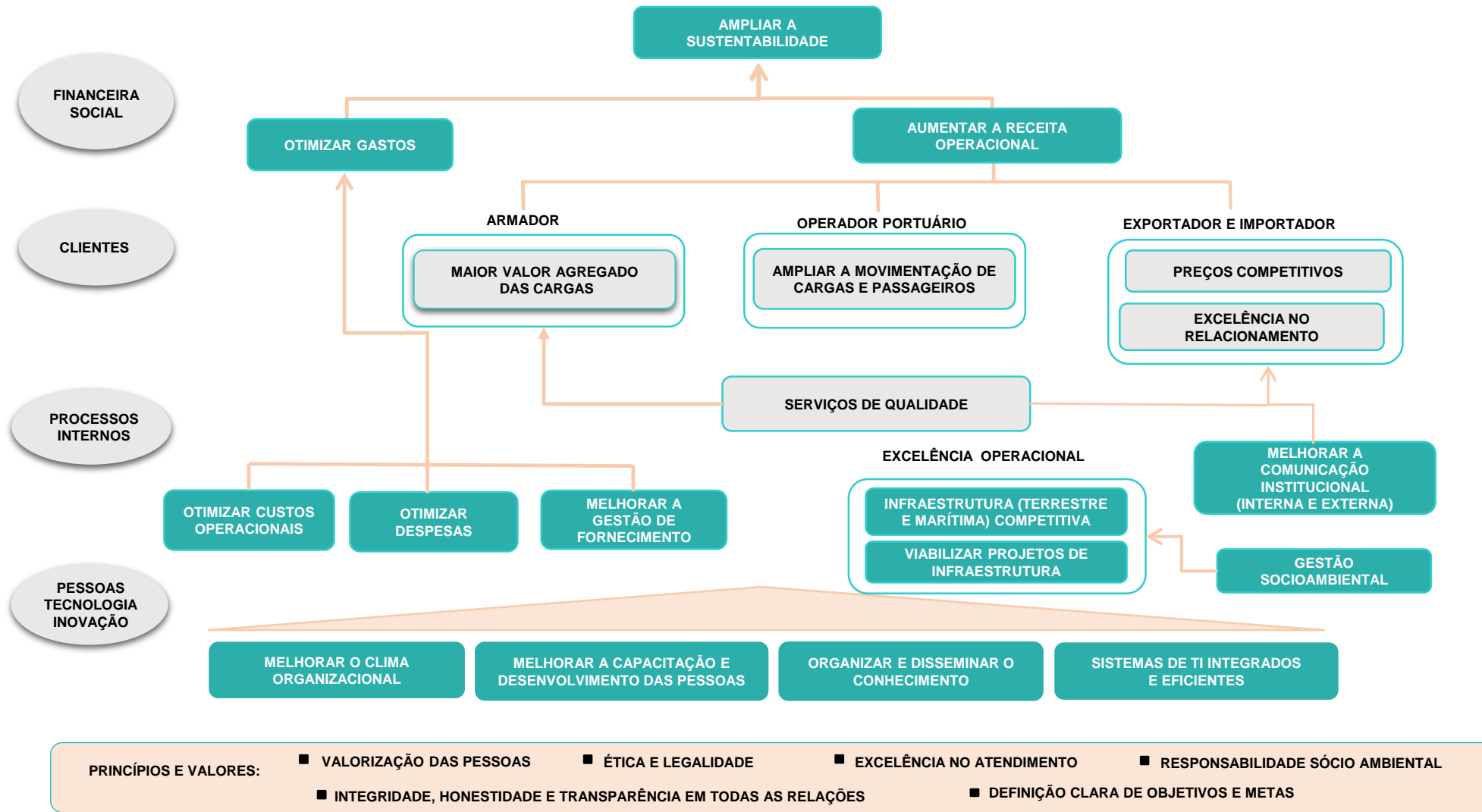


FIGURA 10 . Mapa Estratégico da CODERN
 Fonte: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/GEPLAN/CODERN

2.3. SISTEMA DE GOVERNANÇA

A Figura 11 apresenta de maneira esquemática o modelo de governança da CODERN, que apoia as ações traçadas para o alcance dos objetivos estratégicos, definindo as principais instâncias internas e externas de governança:

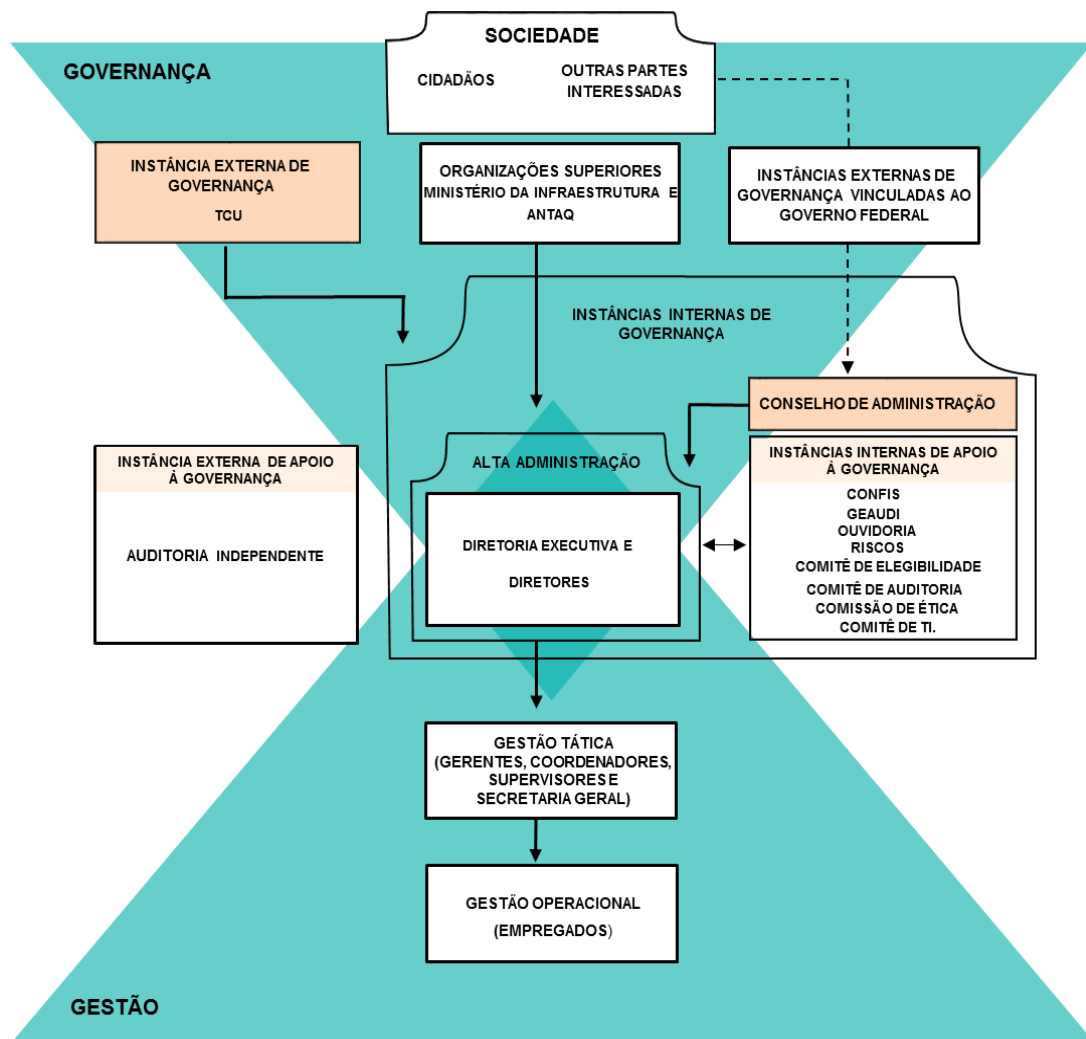


FIGURA 11. Sistema de Governança da CODERN
Fonte: ESTATUTO SOCIAL/REGIMENTO INTERNO/CODERN

2.3.1. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Instâncias Interna de Governança

I. Conselho de Administração – órgão colegiado de funções deliberativas estratégicas, submetido às normas previstas na Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976, no Decreto nº 8.945/2016 e no disposto no Estatuto Social da CODERN. É composto por 06 (seis) membros.

II. Alta Administração

- ❑ **Diretoria - Executiva** - órgão colegiado executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da CODERN em conformidade com a orientação geral do Conselho de Administração, submetido às normas previstas na Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976, no Decreto nº 8.945/2016 e no disposto no Estatuto Social da CODERN. É composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico e Comercial.
- ❑ **Diretor - Presidente** - autoridade máxima que, além das atribuições da Diretoria Executiva, compete coordenar e controlar as atividades de gestão da Companhia e, em especial, das áreas jurídica, conformidade e gestão de riscos, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho, guarda portuária, bem como dos portos que venham a ser, por delegação do Ministério Supervisor, porventura administrados e/ou controlados pela CODERN.
- ❑ **Diretor Administrativo e Financeiro** - atua na gestão das áreas administrativa, recursos financeiros, planejamento e orçamento.
- ❑ **Diretor Técnico e Comercial** - atua na gestão das áreas comercial, contratos, operação portuária do Porto de Natal, engenharia, manutenção e a gestão portuária do Terminal Salineiro de Areia Branca.

2.3.1. DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Instâncias Internas de Apoio à Governança

- ❑ **Conselho Fiscal** - órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, aplicando aos seus membros as disposições previstas na Lei nº 13.303/2016, na Lei nº 6.404/1976 - Lei das Sociedades Anônimas. É composto de 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes.
- ❑ **Gerência da Auditoria Interna** - unidade interna, prevista estatutariamente, vinculada ao Conselho de Administração com competência para realizar auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial operacional e de engenharia, como também verificar o cumprimento das determinações dos órgãos de controle interno e externo e do Conselho Fiscal.
- ❑ **Ouvidoria** - unidade interna, prevista estatutariamente, vinculada ao Conselho de Administração com a competência para receber e examinar sugestões, reclamações e denúncias internas e externas visando melhorar o atendimento às demandas de empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral.
- ❑ **Coordenadoria de Conformidade e Gestão de Riscos** - unidade interna, prevista estatutariamente, que compete coordenar e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, bem como verificar a aplicação adequada da segregação de funções para evitar a ocorrência de conflito de interesse e do cumprimento do Código de Conduta e Integridade.
- ❑ **Comitê de Auditoria** - órgão estatutário de suporte ao Conselho de Administração, exercendo funções de auditoria e de fiscalização das demonstrações contábeis, da efetividade dos sistemas de controle interno e de auditorias interna e independente.
- ❑ **Comitê de Elegibilidade** - órgão estatutário para auxiliar o acionista na verificação da conformidade do processo de indicação e de avaliação dos diretores, conselheiros de administração e conselheiros fiscais.
- ❑ **Comissão de Ética** - instituída pela Portaria DP nº 135/2018, de 29/08/2018 para proceder a apuração de ato, fato ou conduta que seja considerada infringente ao Código de Ética e Integridade, no tocante à relação no trabalho, a atendimento a clientes, parceiros, fornecedores e concorrentes, decidindo sobre procedimentos disciplinares a serem aplicados. Analisa também demandas pertinentes à legislação sobre Conflito de Interesses. Código de Ética, Conduta e Integridade da CODERN (<http://codern.com.br/comissao-de-etica-2/>)

- ❑ **Comitê de Tecnologia da Informação** – possui caráter consultivo e deliberativo para as ações estratégicas de tecnologia da informação no âmbito da CODERN/Natal/Areia Branca. Comitê instituído pela Portaria DP nº 157/2017, de 29/12/2017.

Instâncias Externas de Apoio à Governança

Auditoria Externa – serviço de auditoria para analisar e emitir de Relatório e Parecer de Auditoria das Demonstrações Contábeis da CODERN, trimestralmente, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e Lei nº 6.404/1976. Empresa contratada: Emerson Auditores e Consultores S/S – Auditores Independentes, CNPJ nº 21.811.185/0001-94, contrato nº 012/2018, de 05/05/2108, pelo prazo 12 meses.

Instância Externa de Governança Independente

Tribunal de Contas da União – TCU – (www.tcu.gov.br)

Instância Externa de Governança Vinculada à Estrutura do Governo Federal

- ❑ **CGU/Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União** - é o órgão do Governo Federal responsável por realizar atividades relacionadas à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio de ações de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. (<http://www.cgu.gov.br/>).
- ❑ **SEST - Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais/ Ministério da Economia** - entre outras atribuições, manifesta-se sobre os pleitos das empresas estatais, no que se refere à política salarial, aprovação e eventuais modificações nos planos de previdência dessas empresas e seu quantitativo de empregados.
- ❑ **CGPAR - Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União** - prevista no Decreto nº 6.021, de 22/01/2007 Tem a finalidade de tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa nas empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6021.htm).

2.3.2. AÇÕES DE APOIO À GOVERNANÇA

Atuação da Auditoria Interna

A Auditoria Interna, unidade de governança vinculada diretamente ao Conselho de Administração, objetiva auxiliar a CODERN a atingir seus objetivos estratégicos, melhorar a eficácia dos processos de governança corporativa, de gerenciamento de riscos e de controles internos.

O ato de nomeação, exoneração ou dispensa do titular da Gerência da Auditoria Interna segue a legislação previstas no Decreto nº 3.591/2000 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3591.htm) e Decreto nº 4.304/2002 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4304.htm), bem como na Portaria nº 2.737/CGU (<https://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/portarias>).

A Auditoria Interna observa as diretrizes e normas técnicas que regem as ações de controle do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, Normas Internacionais de Auditoria Governamental e a legislação que regem as empresas, bem como Instruções Normativas da CGU e Resoluções da CGPAR, além das disposições estatutárias.

Internamente, atua em conformidade com o Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, previamente aprovado pelo CONSAD e pelo órgão de controle interno, CGU, ao qual a CODERN se subordina. Atende, ainda, a eventuais solicitações dos órgãos colegiados, do controle interno ou advindas de denúncias enviadas diretamente à auditoria. Todas as atividades de auditoria programada para o exercício de 2018 foram realizadas. O QUADRO 02 evidencia a atuação da auditoria interna em 2018. O não atendimento tempestivo das recomendações exaradas em relatórios de auditoria consiste no desafio de sua atuação para o alcance dos objetivos da companhia.

A Auditoria Interna tem como perspectiva acentuar a aferição da eficácia dos controles internos, considerando a capacidade da área auditada em evitar ou reduzir os riscos inerentes aos processos e atividades.

QUADRO 01. Atuação da Auditoria Interna

ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA	2016	2017	2018
Auditorias Realizadas	16	22	18
Pontos Relevantes Levantados	97	139	121
Pontos Pendentes em 31/DEZ	25	105	112
Notas de Auditoria	14	09	03
Notas Técnicas	02	02	00

Fonte: AUDITORIA INTERNA/CODERN

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

A CODERN não dispõe de área específica de correição, vinculando-se, todavia, à Controladoria Geral da União (CGU). No entanto, possui empregado para atuar e acompanhar, de forma exclusiva e permanente, nos processos administrativos disciplinares e nas sindicâncias envolvendo empregados lotados em Natal e em Areia Branca-RN (Portaria DP nº 160/2018), sendo, também, responsável pela alimentação do sistema do CGU-PAD.

A CODERN tem ainda representante no Comitê Técnico de Correição do Ministério da Infraestrutura e dispõe internamente de um Comitê de Juízo Admissibilidade (Portaria DP nº 140/2018), incumbido de receber, analisar e avaliar as manifestações, denúncias e representações sobre possíveis irregularidades praticadas por empregados.

Em 2018, 08 (oito) procedimentos administrativos configurados em ilícitos administrativos foram registrados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD da Controladoria Geral da União, dentre os quais 01 (um) refere-se à administração do Porto de Maceió, estando em processamento uma sindicância para apuração dos fatos relatados no Relatório de Auditoria Interna nº 001/2018.



Medidas Administrativas para Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

As medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao erário ocorrem por meio de instauração de sindicância e/ou processo administrativo disciplinar. Não houve registro de danos ao erário em 2018.

Principais Pontos da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa

De forma resumida, a CODERN, autoridade portuária dos portos públicos de Natal, do Terminal Salineiro de Areia Branca e de Maceió, explicitou em sua Carta Anual de Políticas Públicas e na Carta Anual de Governança Corporativa, aprovada pelo Conselho de Administração, os seguintes compromissos:

- Interesse público subjacente de suas atividades empresariais de atuar como indutora do desenvolvimento econômico, social e sustentável dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas e do Brasil, além de ser crucial para o equilíbrio da balança comercial, de forma a contribuir para a competitividade dos produtos nacionais e a produtividade operacional, dinamizando a economia e reduzindo o “Custo Brasil”.
- Exercer suas funções em consonância com as políticas públicas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura para o Programa de Transporte Aquaviário do Governo Federal.
- Metas e recursos de custeio para atender às políticas públicas.
- Fatores de riscos que possam comprometer o cumprimento das metas estratégicas.
- Carta Anual disponível no link:
(<http://codern.com.br/institucional/governanca-corporativa/>)

2.3.3. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS



Nos últimos anos, a CODERN, na qualidade de entidade pública, vem fortalecendo os mecanismos de divulgação de seus atos para maior transparência da sua atuação no papel de autoridade portuária. Tem ampliado seus canais de comunicação com a sociedade de forma a aproximar as duas esferas e reforçar o importante papel da cidadania, assegurando aos cidadãos, clientes, usuários e demais partes interessadas, entre outros, o direito de acompanhar os gastos públicos, o desenvolvimento de projetos e o cumprimento dos objetivos e as metas da Companhia.

Mantém um canal constante de relacionamento com a imprensa, enviando informações sobre os acontecimentos e/ou prestando esclarecimentos. Possui site na internet (www.codern.com.br) e tem perfis nas redes sociais facilitando a aproximação e o diálogo direto com o cidadão.

Dispõe de Ouvidoria, órgão interno de governança, implantada em 2018, com competência para receber as manifestações da comunidade interna (empregados) e externa (partes interessadas e sociedade em geral). Tem a função de receber e examinar as reclamações, elogios, sugestões e denúncias referentes aos serviços públicos, procedimentos ou ações dos agentes públicos da CODERN.

No site (www.codern.com.br), a CODERN disponibiliza também o Sistema e-SIC, que atende à Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), divulgando as informações de interesse coletivo ou geral, com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública sobre a Companhia. As demandas por esse sistema são coordenadas e monitoradas pela Ouvidoria.

Possui ainda a Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pela Decreto nº 6.932/2009, visando informar aos usuários, clientes e a sociedade os serviços prestados pelos portos administrados pela CODERN.

2.3.4. PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E AS PARTES INTERESSADAS

Dessa forma, as manifestações do cidadão à CODERN podem ser realizadas pelos seguintes canais de comunicação:

- <http://www.codern.com.br>
- Ouvidoria pelo Sistema Informatizado de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv) no link (<http://www.codern.com.br/ouvidoria/>);
- Lei de Acesso à Informação-LAI pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no link (<http://www.codern.com.br/aceso-a-informacao/>);
- Carta de Serviços ao Cidadão através do link (<http://codern.com.br/carta-de-servicos-ao-cidadao/>);
- E-mail institucional (ouvidoria@codern.com.br);
- Telefone fixo (84) 4005-5339;
- Endereço (Envio de correspondência):

Ouvidoria da CODERN

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Av. Eng. Hildebrando de Góis, 220,

Ribeira, Natal/RN – CEP 59010-700

No que diz respeito à Administração do Porto de Maceió, existe o site www.portodemaceio.com.br, onde estão disponíveis informações sobre a movimentação de cargas, programação de navios, normativos, FAQ, horário de funcionamento e demais serviços desenvolvidos pelo Porto. No site há o link “e-Sic - Acesso à Informação, onde o cidadão poderá, entre outros serviços, realizar denúncias, reclamações e sugestões através do e-mail sic@portodemaceio.com.br. Em 2018, houve somente 01 registro de acesso ao e-Sic.

MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A CODERN dá transparência de suas informações relevantes por meio do seu site corporativo (www.codern.com.br), as quais se destacam:

- Prestação de Contas (publicado também no DOU e jornal de grande circulação);
- Demonstrações contábeis trimestrais (publicado também no DOU e jornal de grande circulação);
- Balancetes mensais (publicado também no DOU e jornal de grande circulação);
- Serviços e infraestrutura ofertados;
- Preços praticados;
- Programação de navios;
- Licitações e contratos (publicado também no DOU e jornal de grande circulação local);
- Instrumentos de sua governança corporativa (atas de órgãos colegiados e políticas de governança) (<http://codern.com.br/institucional/governanca-corporativa/>);
- Canais de acesso da sociedade em geral diretamente com a Companhia (Ouvidoria; e-Sic; LAI; Carta de Serviços);

Em acréscimo, no intuito de mitigar o risco de contradição entre as diversas áreas e os administradores, a Companhia dispõe também de Política de Divulgação de Informações Relevantes, aprovada pelo CONSAD, disponível no link:

(<http://codern.com.br/institucional-corporativa/>)

A FIGURA 12 evidencia o relacionamento da CODERN com a sociedade e partes interessadas.

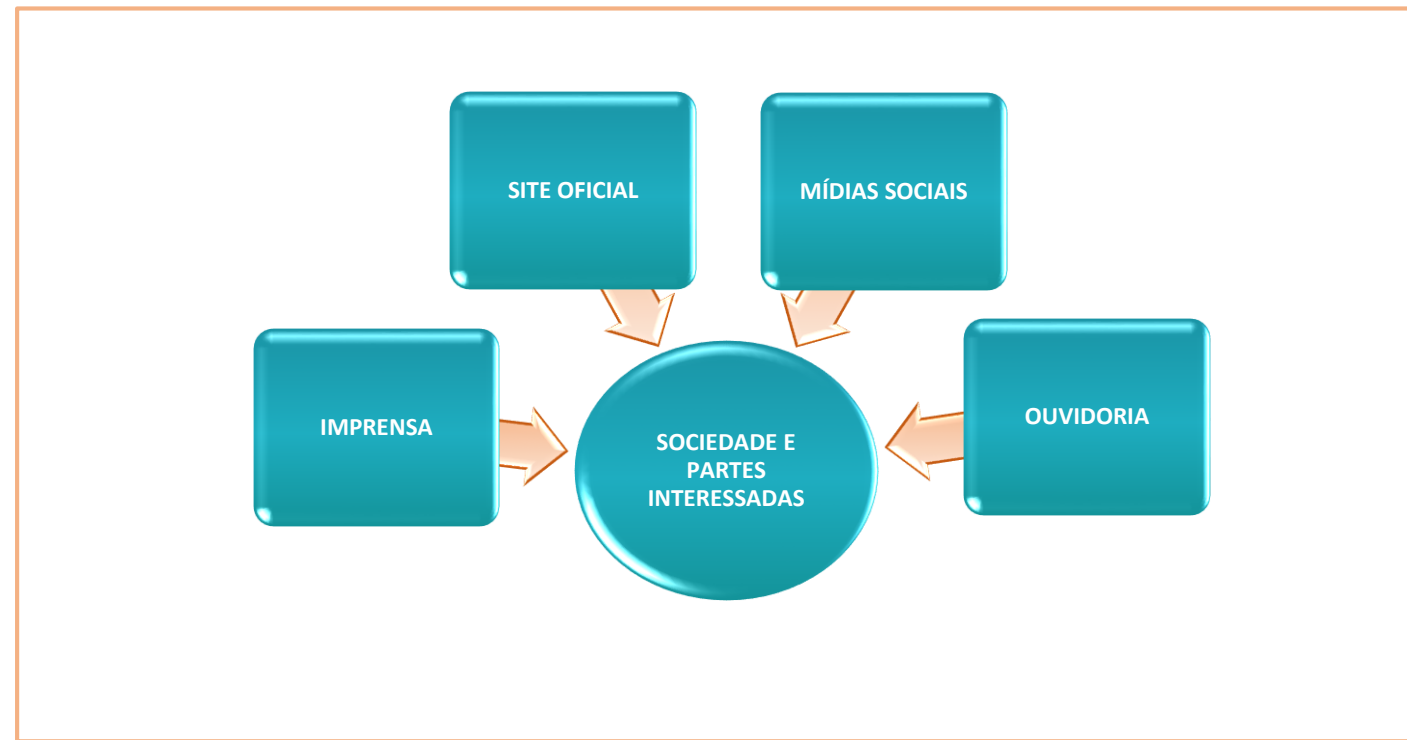


FIGURA 12. Resultados do Relacionamento da CODERN
Fonte: OUVIDORIA/CODERN

Os controles internos da CODERN estão estabelecidos em normativos internos (Regimentos, Normas, Regulamentos, Instruções de Serviços e Portarias), aprovados pelos órgãos colegiados para fortalecer os atos e procedimentos administrativos e, com isso, minimizar os riscos corporativos.

As diretrizes do controle interno estão pautadas nos princípios éticos (Código de Conduta Ética e Integridade); na prevenção de conflitos de interesse e no fortalecimento da cultura de controles em conjunto com os demais pilares do sistema de controles internos na busca da sua conformidade.

Objetivando melhorar a efetividade dos controles internos e, em vista da necessidade de atendimento à Lei nº 13.303/2016, a CODERN, em 2018, instituiu área específica direcionada à conformidade e gestão de riscos, ampliando, assim, seu nível de governança. A Companhia já dispõe de sua Política de Gestão de Risco, Conformidade e Controle Interno.

A gestão de riscos, integrada às estratégias da CODERN, está sistematizada e suportada pelas premissas da metodologia do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) e de boas práticas.

Destaca-se que o gerenciamento de riscos nas contratações utilizará os procedimentos previstos no Regulamento de Licitações e Contratos.

Os riscos estão categorizados em:

- ❖ Riscos Estratégicos - associados às decisões estratégicas para atingir os objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou para proteger-se ou adaptar-se às mudanças no ambiente e na imagem da Companhia.
- ❖ Riscos Financeiros – inerentes a riscos de mercado, de crédito, de liquidez.
- ❖ Riscos Operacionais - decorrente da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos que tornem impróprio o exercício das atividades da companhia.

- ❖ Riscos Regulamentares - é o risco de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas.
- ❖ Riscos de Integridade - é o risco da ocorrência de eventos que possam afetar a probidade da gestão de recursos públicos e das atividades da companhia, causados pela falta de honestidade, por fraudes e desvios éticos.

Por se tratar de área recentemente instituída, exigirá esforços e participação de todos, vislumbrando, para o exercício de 2019 e subsequentes, ações que possam elevar o nível de governança, dando maior transparência do processo decisório e ampliando a efetividade dos controles internos.

Para isso, enfrentará o desafio de buscar a eficácia na implantação da gestão de riscos, cujos principais fatores são:

- ❖ Identificação de riscos baseada na cadeia de valor;
- ❖ Introdução da cultura de riscos;
- ❖ Capacitação dos agentes de gestão de risco;
- ❖ Levantamento de informações detalhadas;
- ❖ Reuniões de auto avaliação de risco e controle;
- ❖ Construção de base de dados uniforme;
- ❖ Construção de indicadores chaves de risco;
- ❖ Registro dos incidentes; e
- ❖ Comunicação

A CODERN definiu para o exercício de 2018 as seguintes diretrizes estratégicas, tendo como resultados conforme segue:



QUADRO 02. Diretrizes Estratégicas da CODERN em 2018

Fonte: Dados MDIC/BACEN /Elaboração GEPLAN, 2019

4.1. PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ALCANÇADOS

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ampliar a movimentação de cargas e passageiros
Aumentar a receita operacional

No ano de 2018, os portos administrados pela CODERN movimentaram 4.957.240 toneladas de produtos, elevando em 3,93% em relação ao ano de 2017. Desse volume, o Terminal Salineiro de Areia Branca embarcou 49,18%; o Porto de Maceió, 35,61% e o de Natal 15,21%.

O **Terminal Salineiro de Areia Branca**, também conhecido como Porto-Ilha, embarcou 2.438.037 toneladas de sal a granel, superior 22,51% em relação a 2017, que embarcou 1.990.003 toneladas. Do total embarcado no exercício, 55,13% foram destinados ao mercado internacional (EUA, Nigéria e Camarões), e 44,87% para o mercado nacional (São Paulo, Espírito Santo e Paraná).

Registra-se que o crescimento da movimentação ocorreu em consequência do aquecimento do mercado internacional por demanda de sal a granel para uso no degelo nos Estados Unidos e para fins mercadológicos no continente africano. No mercado interno, o sal destinou-se à indústria cloro-química como matéria-prima de diversos produtos (vidro, plásticos, etc.).

Para atender esse crescimento, o Terminal Salineiro manteve a contínua e a necessária manutenção dos equipamentos e das instalações, dentro de suas possibilidades diante das restrições orçamentárias e financeiras da CODERN.

Isso refletiu no aumento da produtividade operacional resultante do esforço fundamental do corpo funcional e da garantia operacional em embarcar a totalidade do sal comercializado e disponibilizado pelos clientes salineiros, mesmo diante de paralisações técnicas e da interdição pelo IBAMA, ocorrida em 2018.

O volume de negócios gerados, em 2018, foi de R\$ 37.858.849,11, superior 15,34% comparado a 2017, no montante de R\$ 32.822.452,88.

Registra-se que o Terminal Salineiro de Areia Branca movimenta carga única de sal marinho a granel, oriundo das salinas das cidades de Mossoró, Areia Branca, Grossos, Galinhos e Macau, todas localizadas no estado do Rio Grande do Norte. Em 2018, o Terminal Salineiro recebeu dessas salinas, por meio de barcaças operacionalizadas pela iniciativa privada, o volume de 2.435.328 toneladas.

TABELA 02. Carga Relevante do Terminal Salineiro de Areia Branca

CARGA	TONELADA	ÍNDICE (%)
SAL A GRANEL	2.438.037	100

FONTES: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA /CODERN

O **Porto de Natal** operacionalizou 753.770 toneladas, apresentando redução na ordem de 6,47% em comparação a 2017. Desse volume, 99,31% atendeu ao mercado externo (longo curso), destacando a exportação de frutas para a Europa e a importação de trigo a granel oriundo da Argentina. O mercado interno representou apenas 0,69% das cargas do Porto de Natal, em razão de ainda não haver serviço marítimo de cabotagem. Destaca-se que, em 2018, o porto operou semanalmente com 01 navio de contêiner, a despeito de no ano anterior ter atuado com a presença de 02 navios semanais. Essa redução repercutiu no desempenho geral do porto. No entanto, registrou-se no final do ano exportação de sal a granel para a Europa, diversificando, assim, a pauta de produtos historicamente movimentados pelo porto. A TABELA 02 evidencia as principais cargas movimentadas no Porto.

O volume de negócios gerados em 2018 foi de R\$ 5.877.149,26, inferior 5,18% em comparação a 2017, no valor de R\$ 6.198.035,68.

TABELA 03. Cargas Relevantes do Portos de Natal

CARGA	TONELADA	ÍNDICE (%)
FRUTAS (EM CONTÊINER)	335.420	44,50%
AÇÚCAR A GRANEL	268.166	35,58%
SAL A GRANEL	30.164	4,00%
OUTRAS	120.020	15,92%
TOTAL	753.770	100,00

FONTES: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA /CODERN

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ampliar a movimentação de cargas e passageiros

Aumentar a receita operacional

O **Porto de Maceió** movimentou 1.765.433 toneladas de mercadorias, representando queda de 10,51% em comparação a 2017. Desse volume, 69,63% foram destinadas ao mercado internacional e 30,37%, ao mercado nacional. As cargas que mais se destacaram foram as exportações de açúcar a granel e, no mercado interno, petróleo e seus derivados (gasolina, óleo diesel) e álcool anidro. (TABELA 03) Ressalta-se que as dificuldades econômico-financeiras que, ao longo dos anos, vêm atingindo as unidades produtoras de açúcar e álcool do estado de Alagoas, inclusive com fechamento de várias usinas, afetando negativamente a movimentação de cargas no porto.

Todavia, o volume de negócios gerados em 2018 foi de R\$ 18.366.140,54, superior 39,03% em relação a 2017, no valor de R\$ 13.210.072,34. Destaca-se o incremento da receita operacional, desproporcional à queda na movimentação, em virtude de faturamento atípico de armazenagem, fruto da importação de produtos para atender à Companhia Energética de Sergipe; movimentação de módulo de consórcio que atua no porto, bem como da cobrança tarifária de açúcar a granel, expurgada do arrendamento do Terminal Açucareiro, que deixou de ser receita patrimonial para ser receita operacional.

TABELA 04. Cargas Relevantes do Portos de Maceió

CARGA	TONELADA	ÍNDICE (%)
AÇÚCAR A GRANEL	937.590	53,11
PETRÓLEO E DERIVADOS	408.008	23,11
ADUBO A GRANEL	205.423	11,64
ÁLCOOL ANIDRO	118.916	6,74
OUTRAS	95.496	5,41
TOTAL	1.765.433	

FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA/APMC /CODERN

No que diz respeito à **movimentação de passageiros**, o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Natal atracou 05 navios com a presença de 1.529 passageiros em trânsito.

Para esse terminal, uma das dificuldades de recepção de grandes navios ocorre em virtude da limitação do calado aéreo da Ponte Newton Navarro na entrada do canal de acesso ao porto.

O Porto de Maceió registrou a atracação de 06 contêineres navios de turismo com 11.415 passageiros em trânsito.

Em relação à meta global de movimentação estabelecida para o ano de 2018, de 4.950.000 toneladas nos 03 portos, registra-se o cumprimento de 100% de realização, quando fechou o ano com 4.957.240 toneladas de produtos, a despeito de o Porto de Maceió não ter alcançado a fixada para o exercício. Enfatiza-se que o Porto de Natal, em 2018, não contou, como ocorrido em 2017, com 02 navios semanais de contêineres e esse fato influenciou na fixação da meta para 2018.

TABELA 05. Desempenho da Movimentação de Cargas nos Portos da CODERN

PORTOS	META	REALIZADO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
Terminal salineiro de Areia Branca	2.350.000	2.438.037	103,75%
Porto de Natal	700.000	753.770	107,68%
Porto de Maceió	1.900.000	1.765.433	92,92%
TOTAL	4.950.000.	4.957.240	100,15%

FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA GEPLAN/CODERN

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ampliar a movimentação de cargas e passageiros

Aumentar a receita operacional

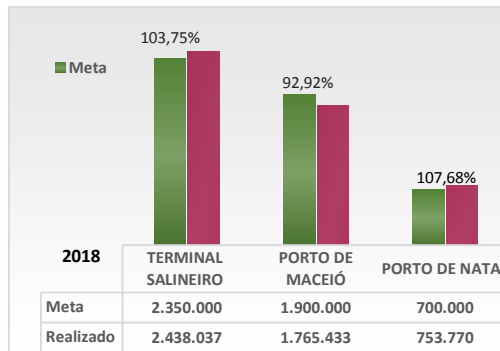


GRÁFICO 01. Desempenho da Movimentação de Cargas

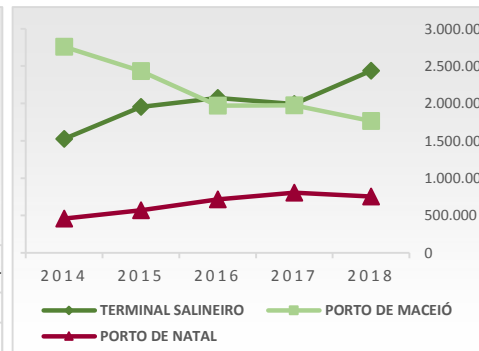


GRÁFICO 02. Evolução da Movimentação de Cargas

Os portos administrados pela CODERN, ao longo dos últimos 05 anos, buscando ações comerciais mais efetivas e em constante interação com seus clientes e usuários, vêm mantendo média global estável ou crescente de movimentação de cargas e, assim, atendendo a sua missão institucional de atuarem como canal logístico e perseguindo seus objetivos estratégicos finalísticos, conforme ilustrado abaixo.

TABELA 06. Evolução da Movimentação dos Portos da CODERN

PORTOS	2014	2015	2016	2017	2018
Terminal Salineiro de Areia Branca	1.524.806	1.951.776	2.073.904	1.990.003	2.438.037
Porto de Natal	458.116	570.500	715.127	805.910	753.770
Porto de Maceió	2.758.556	2.431.760	1.971.848	1.974.055	1.765.433
Total	4.741.478	4.954.036	4.760.879	4.769.968	4.957.240

FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA /CODERN

Apresentamos, a seguir, o perfil da movimentação e do desempenho operacional dos portos da CODERN em 2018 em relação à 2017.

TABELA 07. Movimentação de Cargas dos Portos da CODERN por Tipo de Navegação

TIPO DE NAVEGAÇÃO	2017			2018		
	LONGO CURSO	CABOTAGEM	TOTAL	LONGO CURSO	CABOTAGEM	TOTAL
Terminal Salineiro de Areia Branca	944.123	1.045.880	1.990.003	1.344.153	1.093.884	2.438.037
Porto de Natal	800.659	5.251	805.910	748.592	5.178	753.770
Porto de Maceió	1.297.948	676.107	1.974.055	1.229.300	536.133	1.765.433
Total	3.042.730	1.727.238	4.769.968	3.322.045	1.635.195	4.957.240

FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA /CODERN

TABELA 08. Movimentação de Cargas dos Portos da CODERN Por Sentido da Navegação

SENTIDO DA NAVEGAÇÃO	2017			2018		
	EMBARQUE	DESEMBARQUE	TOTAL	EMBARQUE	DESEMBARQUE	TOTAL
Terminal Salineiro de Areia Branca	1.990.003	-	1.990.003	2.438.037	-	2.438.037
Porto de Natal	413.232	392.678	805.910	408.629	345.141	753.770
Porto de Maceió	1.178.709	795.346	1.974.055	1.086.091	679.342	1.765.433
Total	3.581.944	1.188.024	4.769.968	3.932.757	1.024.483	4.957.240

FONTE: ESTATÍSTICA PORTUÁRIA /CODERN. O Terminal Salineiro opera somente com embarque de cargas. Os desembarques de sal vindo das salinas, por meio de barcaças, consistem em operação de apoio portuário.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ampliar a movimentação de cargas e passageiros

Aumentar a receita operacional

TABELA 09. Indicadores de Desempenho Operacional dos Portos da CODERN

INDICADOR DE DESEMPENHO	UNIDADE DE MEDIDA	2017			2018		
		TERMINAL SALINEIRO	NATAL	MACEIÓ	TERMINAL SALINEIRO	NATAL	MACEIÓ
CONSIGNAÇÃO MÉDIA	TON/NAVIO	35.536	7.901	10.846	36.389	10.050	9.391
PRODUTIVIDADE DA OPERAÇÃO	TON./HORA	663,47	113,73	166,42	590,86	115,3	149,66
TAXA MÉDIA DE OCUPAÇÃO DE BERÇO	%	60,65	66,85	54,66	75,82	61,87	47,56
TEMPO MÉDIO DE ESPERA DE NAVIOS	MINUTOS	48,79	0	19,80	113,39	0	16,10

FONTE: GEOPER/APMC/CODERN. Destaca-se que não há tempo de espera de navios para atracar no Porto de Natal

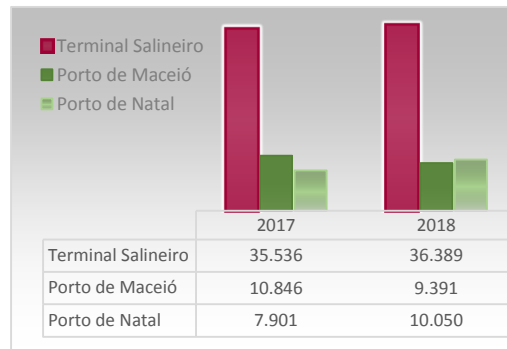


GRÁFICO 03 . Consignação Média

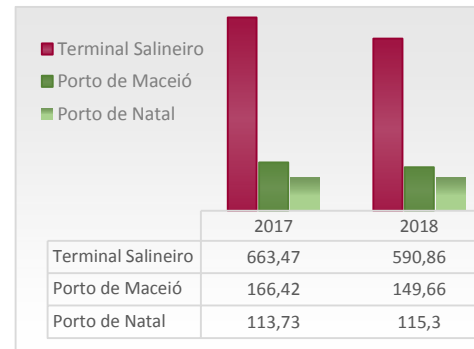


GRÁFICO 04 . Produtividade da Operação

A Receita Operacional da Companhia apresentou um forte acréscimo no exercício em razão, principalmente, da Receita oriunda do Porto de Maceió.

A Receita Operacional Líquida (ROL) dessa Administração Portuária cresceu mais de 39,82%, quando comparada com a de 2017, conforme informado anteriormente, em razão de faturamento atípico de armazenagem da importação de produtos para atender à Companhia Energética de Sergipe; movimentação de módulo de consórcio que atua no porto, bem como da cobrança tarifária de açúcar a granel, expurgada do arrendamento do Terminal Açucareiro, que deixou de ser receita patrimonial para ser receita operacional.

Também mereceu destaque o aumento de 15,37% na Receita Operacional do Terminal Salineiro de Areia Branca, em virtude do incremento de 22,51% na movimentação de sal a granel.

Em relação aos gastos, destaca-se o crescimento nos materiais de consumo no Terminal Salineiro de Areia Branca, imprescindíveis à manutenção e à garantia de sua operacionalidade.

Ressalta-se, ainda, a repercussão do crescimento nas despesas financeiras da CODERN Sede, em decorrência do pagamento das obrigações tributárias após os vencimentos face às insuficiências de caixa da Companhia.

Contribuiu, também, o crescimento dos custos operacionais, cerca de 12,00%, do Porto de Maceió, em virtude de concessão de promoções automáticas e adicionais por tempo de serviço dos seus empregados, aliados com as repactuações contratuais firmadas por aquela administração portuária.

TABELA 10. Evolução da Receita Operacional Líquida da CODERN

PORTOS	2017 (R\$)	2017 (R\$)	VARIAÇÃO % 2018/2017
Terminal Salineiro de Areia Branca	28.056.232,24	32.368.101,37	15,37
Porto de Natal	5.263.538,60	4.494.943,55	(5,10)
Porto de Maceió	11.315.896,74	15.822.382,76	39,82
Total	44.635.667,58	53.185.427,68	19,15

FONTE: GERFIN/CODEN

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Viabilizar Projetos de Infraestrutura (gestão orçamentária e financeira)

Infraestrutura terrestre e marítima competitiva

Apresentamos abaixo os recursos do OGU utilizados, principalmente, nos portos de Natal e de Areia Branca, muito aquém das necessidades da CODERN. Ressalta-se que, em 2018, o valor realizado somente foi possível em virtude da utilização de Saldos de Exercícios Anteriores, após incorporação ao orçamento de investimento. A razão da existência de Saldos de Exercícios Anteriores deve-se ao fato da liberação ter ocorrido no final do exercício de 2017, sem tempo hábil para a sua execução.

TABELA 11. Orçamento de Investimento (OI) em R\$

RECURSOS	2016	2017	2018
APROVADOS	38.747.846	31.598.760	35.264.381
REPASSADOS OGU	34.573.048	5.410.595	606.723
REALIZADOS	18.941.963	892.530	2.429.929

FONTE: SIEST/ ME

No **Terminal Salineiro** foram realizados pequenos investimentos, porém, essenciais à manutenção corretiva dos equipamentos (descarregadores de barcas, transportadores de esteiras, pás carregadeiras, moegas, carregador de navio) e à recuperação de instalações prediais e estruturais, em atendimento às demandas imediatas operacionais e administrativas, respectivamente. A racionalização dos recursos disponíveis foi fundamental, considerando a demanda por volumosos investimentos, vitais à operacionalidade do Terminal.

Registra-se que, do montante previsto para investimentos no Terminal (R\$ 35.264.381), 40% destinavam-se ao processo de licitação para a obra de recuperação da parte danificada, realizado no início do exercício seguinte.

Importante destacar que o Terminal Salineiro é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no estado do Rio Grande do Norte e não pode sofrer descontinuidade operacional, de forma a garantir compromissos comerciais assumidos pelos produtores salineiros junto aos seus mercados consumidores. Tais esforços foram importantes para o crescimento da movimentação em 22,51%, em relação ao ano anterior.

No **Porto de Natal**, foram postergados investimento em projetos estruturantes de recuperação do cais nos berços 1, 2 e 3; do canal de acesso e da bacia de evolução (correntes marítimas, sedimentos, assoreamentos e outros projetos), como também projetos logísticos relativos às vias de acesso ao Porto de Natal para facilitar a entrada/saída das cargas movimentadas, entre outros, tão fundamentais quanto esses; além de aquisições de equipamentos necessários à racionalização das operações portuárias e à manutenção das demandas de segurança portuária. Todavia, em virtude da indisponibilidade dos recursos que haviam sido alocados no Orçamento Geral da União, foram realizados apenas pequenos serviços de reparo hidráulico nas tubulações existentes nos cais e pátios e serviços de reparo na cobertura no edifício sede da CODERN e que não fizeram frente às grandes necessidades de melhoria da infraestrutura.

Pode-se assegurar, entretanto, que mesmo com essas dificuldades financeiras, a operação do Porto de Natal fluiu adequadamente possibilitando que toda carga disponibilizada pelos clientes exportadores/importadores, atuantes no porto, fosse embarcada e/ou desembarcada, atendendo sua plenitude operacional.

No **Porto de Maceió**, os investimentos previstos no orçamento consolidado da CODERN foram bastante reduzidos. Entretanto, nos últimos anos, o Governo Federal, através do então Ministério dos Transportes, realizou diretamente no porto grandes investimentos, alocados na construção de cais para contêineres (atualmente Cais de Múltiplo Uso); na dragagem de aprofundamento do canal de acesso e demais infraestruturas marítimas do porto (2018) e na construção da Estação de Passageiros, ora em andamento, com previsão de conclusão para o final de 2019.

Ressalta-se que, por questões operacionais e de ser mais vantajoso para o Porto de Maceió, bem como para o estado de Alagoas, decidiu-se, na ocasião, arrendar todo o sítio correspondente à retroárea do Cais de Múltiplo Uso à iniciativa privada, onde se implantou uma superestrutura com a finalidade da construção de módulos para plataformas da PETROBRAS, gerando milhares de empregos diretos e indiretos na região, além de proporcionar receitas patrimoniais e operacionais ao Porto.



OBJETIVO ESTRATÉGICO

Viabilizar Projetos de Infraestrutura (gestão orçamentária e financeira)

Infraestrutura terrestre e marítima competitiva

Cabe destacar, porém, que esse contrato foi encerrado em novembro de 2018 e a área em questão, de cerca de 56.000m², com as benfeitorias incorporadas ao patrimônio da APMC, objetiva-se proceder a seu arrendamento visto o interesse demonstrado por empresas. Isso irá proporcionar mais emprego e renda à economia do estado de Alagoas e a retomada das receitas patrimoniais ao Porto de Maceió.

A capacidade de investimento da CODERN, na infraestrutura terrestre e marítima de seus portos, foi baixa em relação ao volume aprovado no Orçamento Geral da União, ficando em 6,89%. Do volume aprovado de R\$ 35.264.381,00, somente foi investido o montante de R\$ 2.429.929,00.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Ter sistemas de tecnologia da informação integrados e eficientes

Em 2018, foi dada continuidade à implantação ao Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária (SIGAP), no âmbito da CODERN/Natal e Areia Branca, objeto do Contrato nº 009, firmado em 04/04/2014. Até dezembro de 2018, foram entregues os módulos de Gestão de Materiais e Serviços; Gestão de Licitações; Gestão de Compras; Gestão de Contratos; Gestão de Processos Eletrônicos, visando integrar e agilizar os processos de trabalhos. Essas ações integram o Plano Diretor de Informática (PDTI), alinhadas ao Planejamento Estratégico da Companhia.

O Porto de Maceió dispõe de seu PDTI para o triênio 2017-2019. Os sistemas em funcionamento foram desenvolvidos por empresas terceirizadas e são compostos por módulos em separado (Gestão de Pessoas, Controle Patrimonial, Gerenciamento de Almoxarifado, Gestão Contábil, Gestão Financeira e Faturamento). Todavia, ocorre a comunicação entre eles através de rotinas de integração, facilitando assim os resultados desejados. Ressalta-se que há integração de dados apenas entre o Sistema de Gestão Contábil com o sistema de contabilidade da CODERN em Natal/RN.

A CODERN prima pela política de uma gestão integrada aos seus colaboradores e à sociedade firmada nos pilares do respeito social, econômico e com práticas ambientalmente sustentáveis. O grande desafio é garantir que a execução da atividade portuária, de significativo impacto e de associação intrínseca com o ambiente natural, atenda às obrigações socioambientais e econômicas da Companhia.

Durante o exercício de 2018, essas atividades estiveram diretamente relacionadas ao monitoramento, controle e prevenção a riscos ambientais e de trabalho, a saber:

MONITORAMENTO E CONTROLE DE FAUNA SINANTRÓPICA NOCIVA
(CONTROLE DE PRAGAS URBANAS, TAIS COMO ROEDORES, INSETOS E AVES)

MONITORAMENTO E CONTROLE DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS
(RETIRADO DE EMBARCAÇÕES)

AÇÕES DIRECIONADAS À OBTENÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)
DOS PORTOS

MONITORAMENTO E CONTROLE DE EPIDEMIAS/PANDEMIAS

MONITORAMENTO DE ÁGUA POTÁVEL

FIGURA 13. Ações Socioambientais da CODERN em 2018

FONTE:

As ações para controle da Fauna Sinantrópica Nociva (FSN) nas instalações portuárias administradas pela CODERN, em Natal e em Areia Branca, ocorrem de maneira sistemática, através de inspeções quinzenais feitas por empresas especializadas. Nessas ocasiões, é realizada a aplicação de produtos para controle de insetos e roedores, garantindo o controle dessas populações e contribuindo para a manutenção das condições sanitárias no ambiente portuário e cercanias.

Além disso, a CODERN realiza, semestralmente, a limpeza, capinação e poda da vegetação da retroárea das instalações portuárias em Natal e na Gerência do Terminal Salineiro em terra, como forma de prevenção da propagação de vetores, especialmente *Aedes aegypti*.

Paralelamente, o Porto de Natal mantém parceria com o Núcleo de Vigilância Entomológica da Secretaria Municipal de Saúde de Natal, que realiza visitas semanais para controle dos insetos, e com a Secretaria Municipal de Areia Branca que disponibiliza agentes de endemias, em visitas mensais, para a mesma ação de controle.

A demanda operacional da CODERN para destinação dos resíduos sólidos atende aos critérios da Resolução RDC nº 56/2008, da ANVISA, que dispõe sobre o regulamento técnico das boas práticas sanitárias no gerenciamento de resíduos sólidos nas áreas de portos, aeroportos e recintos alfandegados, além de outras legislações correlatas. Atualmente, o gerenciamento é feito apenas na forma de transbordo temporário, em caçambas estacionárias, alinhando-se às normas e legislações vigentes, ficando a coleta a cargo de empresas credenciadas para retirada dos resíduos, com comprovação do Manifesto e o Certificado de Destinação Final, além da anuência pelo Sistema Porto Sem Papel, do Ministério da Infraestrutura.

As obras de construção de Áreas de Transbordo Temporário (ATT) dos terminais portuários da CODERN estão previstas para iniciar em 2019, visto que os processos licitatórios para contratação das empresas já foram finalizados. As ATT's oportunizarão a segregação, pesagem e destinação adequada dos resíduos, viabilizando a implementação do Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PGRS).

A FIGURA 14 apresenta a quantidade de resíduos sólidos (rejeitos e seletivos) coletados pela Companhia de Serviços Urbanos-URBANA), destinados ao Aterro Sanitário Metropolitano de Natal. Quanto aos resíduos de construção civil (RCC), gerou-se, em 2018, um volume de 110m³ e vêm sendo devidamente destinados à ECOBRIT - Disk Entulhos.

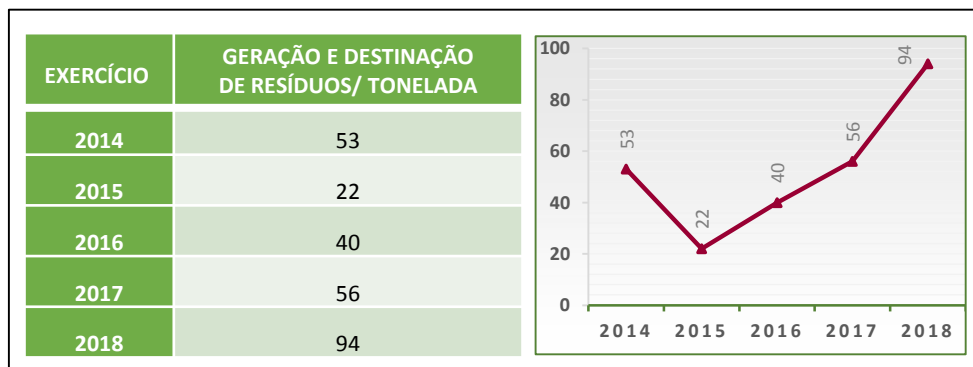


FIGURA 14. Inventário de Resíduos Sólidos Coletados no Porto de Natal

FONTE: COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL. (URBANA)

Para o Terminal Salineiro de Areia Branca, terminal portuário *offshore* que opera sal marinho, não é permitida a retirada de resíduos de embarcações, e a coleta e a destinação dos resíduos gerados nas operações portuárias seguem as normas e legislações vigentes, nos termos da Resolução ANTAQ nº 2.190/2011.

O controle de epidemias/pandemias é feito pelo Posto Portuário da ANVISA, que monitora sistematicamente casos suspeitos de endemias, em tripulantes e/ou passageiros de embarcações que atracam nos portos da CODERN. Para o exercício de 2018, a ANVISA não registrou nenhuma ocorrência nesse sentido.

A qualidade da água ofertada às comunidades portuárias de Natal e Areia Branca é monitorada através de análises microbiológicas (mensais) e físico-químicas (trimestrais), cujos resultados são validados pela ANVISA. São realizadas desinfecções periódicas nos reservatórios de água potável, em cumprimento às normas sanitárias vigentes, além da adição semanal de cloro ativo orgânico aos reservatórios da água fornecida pela Companhia de Águas e Esgotos do RN (CAERN).

A CODERN tem por princípio a conciliação do desenvolvimento econômico com o uso dos recursos naturais, de modo a assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas em suas variáveis físicas, bióticas, sociais, culturais e econômicas. Dessa forma, preconiza o Licenciamento Ambiental como um importante instrumento de gestão integrada, viabilizando o controle necessário sobre as atividades humanas e operacionais que interferem nas condições ambientais do público interno e externo.

O processo de regularização ambiental da operação do Porto de Natal tramita junto ao órgão ambiental estadual, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA. Tendo remetido os documentos requisitados pelo órgão, a CODERN aguarda posicionamento a respeito da emissão da Licença de Operação do Porto de Natal.

Para os terminais portuários de Areia Branca, o processo de regularização ambiental encontra-se bastante avançado, sendo parte integrante das ações para cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 001/2018, firmado por esta Companhia junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Paralelamente, estão sendo realizadas adequações de desconformidades apontadas pelo então Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, voltadas à melhoria contínua da qualidade dos ambientes e à segurança do trabalhador portuário.

O Porto de Maceió obteve a Licença de Operação junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas – IMA/AL, em março de 2018, válida até março de 2020, estando, todavia, vinculada ao cumprimento das condicionantes constantes da própria licença sob o nº 2018.0503767248.EXP.LOR.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Melhorar a capacitação e o desenvolvimento das pessoas

Melhoria do clima organizacional

A CODERN, no âmbito dos portos de Natal e de Areia Branca, dispõe de Programa de Desenvolvimento de Pessoas, elaborado anualmente para fazer face ao desempenho e aprimoramento do seu quadro de pessoal, necessário ao alcance dos objetivos e metas estratégicas da CODERN. Em 2018, estabeleceu-se a meta de capacitação de 8 horas por empregado efetivo, cujo resultado alcançou de 9,06 h/empregado. Reconhece-se, no entanto, a necessidade da ampliação das horas de capacitação, investimento essencial à melhoria dos resultados desejados, porém, tal fato está atrelado à disponibilidade financeira da Companhia.

Mantém ainda a gestão de pessoas por meio de acompanhamento de indicadores envolvendo aspectos de condições e segurança do trabalho, conforme se verifica no item a seguir.

4.2. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO ALINHADOS AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Retratam-se, a seguir, os principais indicadores de desempenho que atuam como instrumento de gestão para aferir a consecução dos objetivos traçados no Planejamento Estratégico da CODERN.

TABELA 12. Indicadores de Desempenho da CODERN

INDICADORES	UNIDADE MEDIDA	2017	2018
Evolução da carga movimentada	%	100,19	103,93
Receita por m ²	R\$/M ²	75,64	90,13
Varição de gastos	%	3,01	3,02
Execução orçamentária	%	2,82	6,89

FONTE: GEOPER/GERTAB/GERFIN/GEPLAN/APMC/CODERN

TABELA 13. Indicadores de Gestão de Pessoas – Natal e Areia Branca

INDICADORES	UNIDADE MEDIDA	2016	2017	2018
Capacitação	Hora/empregado	12,98	4,95	9,06
Assiduidade	%	99,68	98,77	97,89
Acidentes de Trabalho	%	1,21	2,08	0,39
Acidentes de Trabalho Fatais	%	0	0	0
Otimização de Hora-Extra	%	1,20	1,43	1,12

FONTE: GEADMI/CODERN

4.3. PRINCIPAIS DESAFIOS E INCERTEZAS

- Ampliar a diversificação dos negócios da CODERN: a implantação de uma linha de cabotagem para o Porto de Natal repercutirá nos resultados financeiros e na redução dos custos logísticos para o comércio local. O arrendamento de áreas no Porto de Maceió produzirá também resultados positivos;
- Garantir recursos orçamentários e financeiros para a recuperação da parte ampliada do Terminal Salineiro: importante para assegurar a capacidade de estocagem do sal a granel e atender às demandas dos clientes salineiros para embarque do seu produto;
- Implantar em sua plenitude o Plano de Segurança Portuária;
- Cumprir Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva de equipamentos e instalações portuárias: importante para assegurar a operacionalidade e elevar os índices de produtividade dos portos administrados pela CODERN; e
- Realinhar os preços dos serviços portuários: atuar junto à ANTAQ para aprovação das recomposições tarifárias dos portos da CODERN.

4.4. PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

O alcance dos resultados, acima mencionados, passou por desafios de restrições orçamentárias, financeiras e mudanças no comando da gestão. Contudo, a partir da reformulação do Planejamento Estratégico, vislumbra-se para os exercícios seguintes as ações contempladas abaixo:

- Elevar o nível de governança fortalecendo à gestão de riscos e conformidade, recentemente implantada a Ouvidoria e a melhoria dos controles internos.
- Buscar o equilíbrio financeiro para fazer frente às suas necessidades operacionais e administrativas;
- Adotar medidas de racionalização de gastos;
- Estabelecer critérios uniformes de contratação, visando à obtenção de racionalidade e transparência dos gastos;
- Assegurar recursos orçamentários e a sua liberação financeira para a melhoria necessária de infraestrutura marítima e terrestre de seus portos;
- Viabilizar recursos orçamentários e financeiros suficientes para assegurar a recuperação de parte da obra de ampliação do Terminal Salineiro de Areia Branca;
- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira;
- Aumentar e diversificar movimentação de cargas nos 03 portos;
- Ampliar área do Porto de Natal, incorporando definitivamente a área da Comunidade do Maruim (6.500m²);
- Consolidar a integração dos sistemas de TI em funcionamento em Natal e em Areia Branca;
- Concluir o processo de regularização ambiental dos portos de Natal e de Areia Branca;
- Adotar plano de manutenção da infraestrutura portuária;
- Implantar uma sistemática para a avaliação da eficácia das capacitações dos seus empregados;
- Pleno funcionamento do Setor de Gestão Ambiental (SGA); e
- Desenvolver ações para atendimento às demandas visando a segurança portuária.

Apresenta-se, a seguir, os recursos alocados para o alcance da missão da CODERN e dos objetivos estabelecidos, abrangendo a gestão dos recursos orçamentários, financeiros, humanos, patrimonial, tecnológicos e ambiental.

5.1. Gestão Orçamentária e Financeira

A gestão orçamentária consiste em acompanhar o Programa de Dispêndios Globais – PDG, que é o instrumento de planejamento estimando receitas e fixando despesas para atender às demandas operacionais e administrativas dos portos administrados pela CODERN.

O Decreto nº 9.240, de 15/12/2017, DOU de 18/12/2018, aprovou o PDG 2018 prevendo, inicialmente, os valores consolidados de Receitas em R\$ 89.616.444,00 e, para as Despesas, R\$ 89.057.619,00.

Em novembro de 2018, esses valores foram reprogramados passando a ser de R\$ 94.741.706,00, para as Receitas e, R\$ 94.702.663,00 para as Despesas, conforme Portaria nº 381, de 23/11/2018, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, DOU de 26/11/2018. (TABELA 13)

O PDG é previamente apreciado pela Diretoria-Executiva e pelo Conselho de Administração, sendo, subsequentemente, submetido, através do Ministério da Infraestrutura, ao Ministério da Economia, a quem compete a aprovação final, nos termos do mencionado decreto presidencial.

Integram ao PDG os valores destinados ao Orçamento de Investimentos (OI), prevendo recursos, oriundos do Tesouro Nacional por meio do OGU, a serem aplicados, principalmente, nas melhorias das instalações, realização de estudos, projetos e obras portuárias, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Infraestrutura consoante às políticas públicas do Governo Federal para o Programa de Transportes Aquaviários.

Para os investimentos, foram aprovados, inicialmente, por meio da Lei Orçamentária Anual 2018 – LOA/2018 - nº 13.587, de 01/01/2018, o montante de R\$ 19.272.612,00, sendo, posteriormente, reprogramados para R\$ 35.264.381,00, no final do exercício, resultante da incorporação de créditos adicionais decorrentes de saldos de exercícios anteriores e restos a pagar. (TABELA 14)

TABELA 14. PDG 2018 Instrumentos Legais Autorizativos

ITEM ORÇAMENTÁRIO	EM R\$	
	DECRETO nº 9.240/17	PORTARIA SEST - MPO
RECEITAS	89.616.444,00	94.741.706,00
DESPESAS	89.057.619,00	94.702.663,00

FONTE: DOU DE 18/12/2018 E DOU DE 26/11/2108

TABELA 15. Programa de Dispêndios Globais PDG 2018

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS			
ITENS	APROVADOS	REALIZADO	ÍNDICE
1. RECURSOS	108.222.749	78.963.216	72,96
1.1 Receitas Correntes	94.741.706	78.356.492	82,71
Receita Operacional	75.445.068	62.102.139	82,31
Receita não Operacional	19.296.638	16.254.353	84,23
1.2 Recursos para Aumento de Capital	13.481.043	606.724	4,5
2. DISPÊNDIOS	129.967.044	90.943.553	69,97
2.1 Dispêndios Correntes	94.702.663	88.513.624	93,46
Pessoal e Encargos Sociais	49.106.327	46.509.104	94,71
Material e Produtos	5.216.342	5.211.371	99,90
Serviços de Terceiros	21.149.707	18.889.244	89,36
Demais Dispêndios	19.230.287	17.893.905	93,05
2.2 Dispêndios de Capital	35.264.381	2429.929	6,89
INVESTIMENTOS	35.264.381	2.429.929	6,89

FONTE: GEPALN/CODERN/SIEST - ME

TABELA 16. PDG/ Dispêndios 2018

Dispêndios	Valores Realizados (R\$)	Índice de Participação
Dispêndios Correntes	88.513.624	97,33%
Dispêndios de Capital	2.429.929	2,67%
Total	90.943.553	100%

FONTE: GEPLAN/CODERN/SIEST - ME

Os dispêndios estiveram dentro da margem fixada e aprovada pelo Governo Federal. (TABELA 15)

A gestão orçamentária dos dispêndios correntes representou 93,46% do valor aprovado, mantendo-se, assim, dentro do limite fixado. Envolveram as despesas com pessoal e encargos, serviços de terceiros, aquisições de materiais e produtos, entre outras, e foram totalmente custeadas com os recursos próprios resultantes dos negócios consolidados em 2018.

No que diz respeito aos dispêndios de capital, o reduzido volume de investimentos ocorreu em razão do baixo volume de recursos liberados, aliado às dificuldades internas de tramitação de processos de licitações.

Do total dos dispêndios realizados, as despesas correntes representaram 97,33% e os dispêndios de capital (investimentos), significaram 2,67%. (TABELA 16)

A gestão financeira registrou os seguintes ingressos, bem como os pagamentos de despesas e investimentos, que foram liquidadas à medida de geração de fluxo de caixa das receitas operacionais e não operacionais auferidas da movimentação de cargas dos portos de Natal, do Terminal Salineiro de Areia Branca e de Maceió:

TABELA 17. Gestão Financeira – Fluxo de Caixa

IITENS DE DISPÊNDIOS	REALIZADO	ÍNDICE
Disponível	25.063.619	-
Receitas Correntes	81.310.881	-
Receita de Capital	606.724	-
Total de Receitas	106.981.224	-
Dispêndios Correntes	86.283.152	98,11
Pessoal e Encargos Sociais	34.837.471	39,61
Material e Produtos	5.681.221	6,46
Serviços de Terceiros	22.744.488	25,86
Demais Dispêndios	23.019.972	26,17
Dispêndios de Capital	1.666.171	1,89
Total Dispêndios	87.949.323	100,00
Saldo	19.031.901	-

FONTES: GEPALN/CODERN/PDG/DEFLUX

Em 2018, as despesas de multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização pelos órgãos ANTAQ, Ministério do Trabalho, Marinha do Brasil, CREA foram no montante de R\$ 235.245,98, envolvendo os 03 portos administrados pela CODERN. Representou 0,35% das despesas operacionais (R\$ 67.567.091,43).

Ao final do exercício, os depósitos judiciais recursais registraram o valor de R\$ 2.173.416,36, reduzindo em 10,55% em comparação a dezembro de 2017 (R\$ 2.429.765,50), em razão da recuperação para a Companhia, como também pela liberação aos reclamantes.

5.1.1. Principais Dificuldades Enfrentadas na Gestão Orçamentária

- ✓ Liberação de recursos do OGU, aprovados, aquém das demandas da CODERN;
- ✓ Manter o acompanhamento efetivo do PDG em virtude da ausência de sistema integrado com a área contábil, financeira e administrativa; e
- ✓ Informações contábeis em atraso comprometendo o monitoramento do PDG, em razão da invasão de *hackers* e vírus no servidor da CODERN/Natal, afetando os sistemas contábil, financeiro e administrativo.

5.1.2. Perspectivas na Gestão Orçamentária:

- ✓ Maior atuação da diretoria junto aos órgãos competentes para a liberação de recursos do OGU;
- ✓ Ações mais efetivas das áreas operacionais na gestão dos projetos estruturantes e de manutenção para atender às demandas orçamentárias previstas; e
- ✓ Implantação do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária com as demais áreas da Companhia.

O Decreto-Lei nº 5.452/1943-CLT, a legislação complementar e os regulamentos internos regem a gestão de pessoas que trabalham no âmbito da CODERN. O processo de admissão de empregados ocorre por meio de concurso público, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão.

O Quadro de Pessoal da CODERN é composto de empregados efetivos e de ocupantes de cargos comissionados sem vínculo empregatício com a Companhia. Em 2018, registrou-se a força de trabalho de 321, apresentando pequeno aumento de 4,9% em relação a 2017. Tratou-se de ingressos de pessoal efetivo para atender demandas das áreas meio e fim, esta em sua maior parte.

Apresentamos abaixo a evolução do Quadro de Pessoal envolvendo os portos de Natal, Areia Branca e Maceió.

Quadro 3. Evolução do Quadro de Pessoal

DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS			
FONTE DE RECURSOS	2016	2017	2018
EFETIVOS	291	286	301
SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	21	20	20
TOTAL	312	306	321

FONTE: GEADMI/APMC/CODERN/PDG

Os empregados que atuam nos portos de Natal e de Areia Branca têm quadro próprio e dispõem de Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), regulamentando a progressão funcional compatível com a finalidade da CODERN. Por sua vez, o Porto de Maceió tem seu quadro próprio e adota a política de pessoal do Plano Unificado de Cargos e Salários (PUCS), oriundo da extinta PORTOBRÁS.

Em 2018, o Quadro de Pessoal da CODERN esteve autorizado em 328 empregados, conforme a Portaria MPO nº 008/2016, de 20/12/2016. Desse quantitativo de vagas fixadas, 248 vagas destinaram-se aos portos de Natal e de Areia Branca, representando 76%. O porto de Maceió dispõe de 80 vagas, perfazendo 24%, do total aprovado.

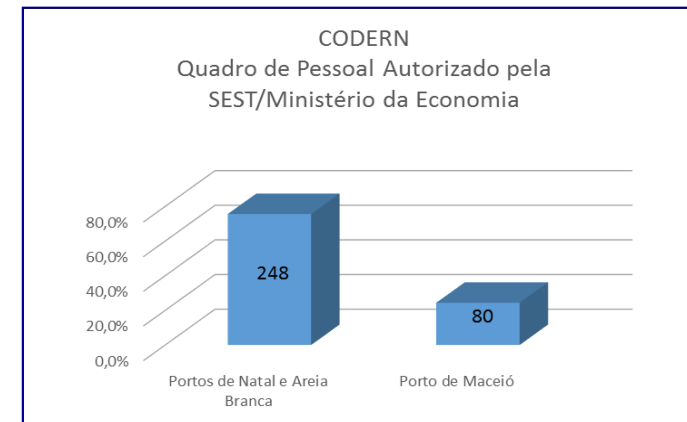


GRÁFICO 5. Quadro de Pessoal Autorizado
 FONTE: GEADMI/APMC/CODERN/PDG

No que diz respeito à ocupação efetiva, 301 empregados atenderam aos 03 portos, dos quais 244 estão lotados nos portos de Natal e Areia Branca e 57 no porto de Maceió, correspondendo a 81,06% e 18,94%, respectivamente, conforme GRÁFICO 6.

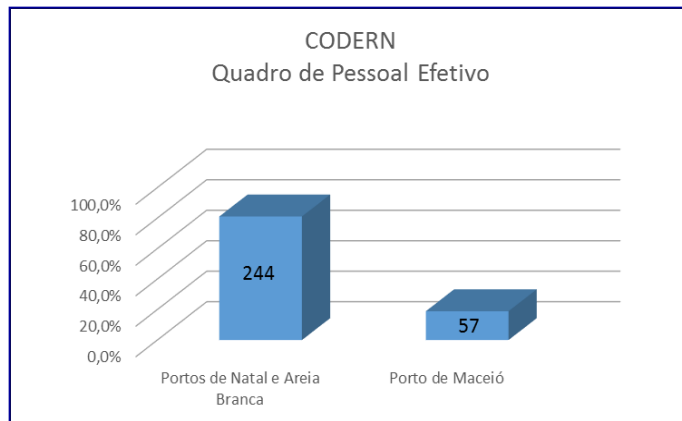


GRÁFICO 6. Quadro de Pessoal Efetivo
 FONTE: GEADMI/APMC/CODERN/PDG

Do total de empregados em atividade, 69,1% estão distribuídos na área operacional (finalística) e 30,9% estão na área meio. (GRÁFICO 7)

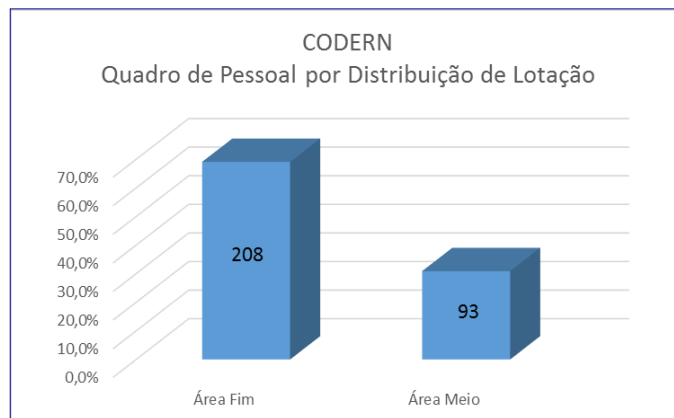


GRÁFICO 7. Quadro de Pessoal por Distribuição de Lotação
 FONTE: GEADMI/APMC/CODERN/PDG

5.2.1. Principais Dificuldades Enfrentadas na Gestão de Pessoas Lotadas em Natal e em Areia Branca:

- ✓ Sistemas de gestão de pessoas (cadastro e folha de pagamento) muito desatualizados, apresentando “bugs” recorrentes, provocando erros, além de não atender aos órgãos fiscalizadores, sendo necessária a inserção de dados de forma manual para que as exigências sejam atendidas;
- ✓ Os controles internos da área são realizados de forma manual e em planilhas diversas, fragilizando a segurança da informação, tanto a possibilidade de erros, quanto a perda de informações;
- ✓ Ausência de sistema integrado para atender todas as necessidades da área;
- ✓ Perda dos arquivos, programas, documentos e banco de dados da área em decorrência da invasão de “hackers” e vírus no servidor da companhia, causando retrabalhos dessa massa de informações da gestão de pessoas; e
- ✓ Equipamentos de informática antigos, necessitando de consertos recorrentes.



FIGURA 15. Principais Dificuldades Enfrentadas na Gestão de Pessoas

5.2.2. Perspectivas na Gestão de Pessoas Lotadas em Natal e em Areia Branca:

- ✓ Implantação de Sistema de Gestão de Pessoas integrado aos sistemas Contábil, Fiscal, Financeiro e Faturamento, dotando a área de controles internos eficazes.
- ✓ Redimensionamento do Quadro de Pessoal a partir da revisão e/ou readequação dos processos estratégicos da Companhia diante das diretrizes de melhoria do nível de governança, gestão de riscos e de controles internos à luz do novo marco regulatório das estatais.

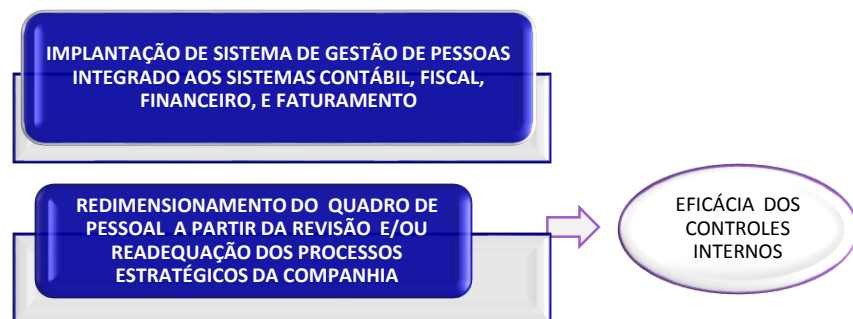


FIGURA 16 . Principais Perspectivas na Gestão de Pessoas

A Gestão das licitações e contratos está submetida às disposições da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão), das legislações correlatas e das normas internas da Companhia.

O Regulamento de Licitações e Contratos, aprovado pelo Conselho de Administração em 28/06/2018, estabelece os critérios e os procedimentos para a licitação e contratação de serviços e de aquisições de bens.

Quadro 04. Volume das contratações em 2018 Natal e Terminal Salineiro de Areia Branca

MODALIDADE DE PROCESSOS	QUANTIDADE
Contratações Diretas	299
Pregões	17
Licitação Presencial	01
Total	317

FONTE: GEADMI/CODERN

QUADRO 05. Contratações em 2018 Natal e Terminal Salineiro de Areia Branca

VALORES CONTRATADOS (R\$)	
Contratações Diretas	2.099.409,72
Pregões	4.121.166,55
Licitação Presencial	177.971,40

FONTE: GEADMI/CODERN

5.3.1. Principais Tipos de Contratações Diretas em 2018:

- ✓ Serviço de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para usuários e terceiros do Porto de Natal (responsabilidade civil da autoridade portuária);
- ✓ Serviço de resposta a emergências ambientais por derrame a óleo no Terminal Salineiro de Areia Branca;
- ✓ Serviço de análises físico-químicas de sal embarcado no Terminal Salineiro de Areia Branca;
- ✓ Participação em feira da fruticultura irrigada EXPOFRUIT 2018;
- ✓ Treinamento e curso de segurança em prática de tiro e aperfeiçoamento de técnicas e rotinas para Guardas Portuários da CODERN/Natal/Areia Branca.
- ✓ Peças e equipamentos de reposição para o Terminal Salineiro de Areia Branca; e
- ✓ Equipamentos EPI e EPC para segurança do trabalhador.

5.3.2. Contratações Diretas – (Justificativas)

Entre as contratações diretas, destacam-se a contratação emergencial de serviços de respostas a emergências ambientais por derrame a óleo no Terminal Salineiro de Areia Branca para atender processo de regularização ambiental. A dispensa de licitação dessa contratação amparou-se no artigo 29, inciso XV, da Lei nº 13.303/2016.

Ressalta-se também a contratação dos serviços de seguro de responsabilidade civil e de acidentes pessoais para cobertura de usuários e terceiros que atuam no âmbito do Porto de Natal para atender legislação vigente da ANTAQ.

QUADRO 06. Volume das contratações em 2018 Porto de Maceió

MODALIDADE DE PROCESSOS	QUANTIDADE
CONTRATAÇÕES DIRETAS	58
PREGÕES	04
TOTAL	62

Fonte: APMC/CODERN

QUADRO 07. Valores das Contratações em 2018 Porto de Maceió

VALORES CONTRATADOS (R\$)	
CONTRATAÇÕES DIRETAS	2.028.465,13
PREGÕES	380.198,13
TOTAL	2.408.663,26

Fonte: APMC/CODERN

5.3.3. Principais Dificuldades Enfrentadas na Gestão de Licitações e Contratos:

- ✓ Ausência de planejamento tático das contratações para atender a demandas operacionais e administrativas tempestivamente.

5.3.4. Perspectivas na Gestão de Licitações e Contratos:

- ✓ Implantar sistema integrado de gestão de licitações com o Banco do Brasil para facilitar o preenchimento de dados e dar maior transparência ao processo licitatório como um todo;
- ✓ Otimizar a elaboração de Termos de Referência solicitando maior ênfase às especificidades técnicas das demandas de contratações e ao atendimento de critérios legais estabelecidos por órgãos reguladores; e
- ✓ Elaborar e formalizar o planejamento tático das contratações

As áreas dos portos de Natal, de Areia Branca e de Maceió, onde são exploradas as atividades portuárias, constituem patrimônio público e são de domínio da União, nos termos dos artigos 20 e 21 da Constituição Federal.

A CODERN, em atendimento às recentes instruções que disciplinam o uso do espaço em águas públicas - Portaria nº 7.145, de 13/07/2018, da Secretaria do Patrimônio da União, do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, está promovendo a regularização e funcionamento de seus portos e instalações, conforme disciplinamento da Lei nº 12.815/2013 e demais legislação vigente.

Além do uso público das áreas portuárias para movimentação de cargas, as áreas também podem ser arrendadas à iniciativa privada para armazenagem e movimentação de seus produtos. Isso gera receitas operacionais e patrimoniais.

O Porto de Maceió dispõe de áreas arrendadas de 232.661m² a empresas para movimentação e armazenagem de cargas, tais como: combustíveis, açúcar a granel.

Por sua vez, o Porto de Natal possui pequenas áreas arrendadas: 1.500m² destinada à complementação de instalações de moagem de trigo; 221m² de cessão onerosa (pequenas salas) a empresas para agilizarem a logística das operações portuárias.

O Terminal Salineiro de Areia Branca não possui áreas arrendadas.

5.4.1. Principais Dificuldades Enfrentadas na Gestão Patrimonial:

- ✓ Entraves burocráticos junto à Secretaria de Patrimônio da União e demais órgãos envolvidos para a regularização dos imóveis que ainda não têm o Registro Imobiliário Patrimonial – RIP; e
- ✓ Sistema de gestão patrimonial obsoleto (controle dos móveis e imóveis) da CODERN/Natal/Areia Branca, que não atende às demandas da legislação

5.4.2. Perspectivas na Gestão Patrimonial:

- ✓ Finalizar a regularização dos imóveis que se encontram sem o RIP; e
- ✓ Implantar sistema integrado de gestão patrimonial com a contabilidade;

5.5.1. Conformidade Legal da Gestão de TI

A CODERN, para assegurar a conformidade legal da sua gestão de TI, se baseia nos seguintes regramentos legais e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal:

- ✓ Decreto nº 7.579/2011, que instituiu o SISP – Sistema de Administração dos Recursos de TI;
- ✓ Decreto nº 9.637/2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança da Informação;
- ✓ Acórdão nº 1200/2014-TCU-Plenário, acerca da situação da estrutura de recursos humanos das áreas de TI das instituições públicas federais;
- ✓ Guias de Boas Práticas do TCU sobre contratações de soluções de TI;
- ✓ Diretrizes do Ministério da Infraestrutura; e
- ✓ Normativos internos – PETI e PDTI.

5.5.2. Modelo de Governança de TI

O modelo de Governança de TI da CODERN, alinhado ao Modelo de Governança da CODERN, tem como principal instância o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), instituído pela Portaria DP nº 157/2017, do Presidente da CODERN. O CGTI tem caráter consultivo e deliberativo sobre os assuntos de TI e está composto pelos 03 (três) diretores, pelo coordenador da área e 01 (um) do quadro técnico de TI.

Integra ainda o modelo de governança de TI, Comissão para os Sistemas de Segurança da CODERN, no âmbito das unidades localizadas nas cidades de Natal/RN e Areia Branca/RN (Portaria DP nº 149/2018), com a finalidade de avaliar e atuar na adequação e manutenção dos sistemas de segurança informatizados e eletrônicos.

A Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC da CODERN descreve os arranjos institucionais de TIC no âmbito da Companhia com as áreas e comitês de TIC dos órgãos, suas responsabilidades, os objetivos, os princípios e as diretrizes.

No ano de 2018, a CODERN (Natal/RN e Areia Branca/RN) atuou em conformidade com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, vigente, projetado para o biênio 2017-2018. Além do PDTI, a CODERN (Natal/RN e Areia Branca/RN) também possui o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, com a mesma projeção, ambos alinhados ao plano estratégico, à estrutura hierárquica e à estrutura normativa institucional.

A Administração do Porto de Maceió (APMC) também possui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, detalhando à nível tático as ações de TI alinhadas às diretrizes estratégicas de TI, daquele porto, para o triênio 2017-2019. O envolvimento do administrador do porto, gestores e equipe de TI da APMC foi fundamental para a construção desse documento, que durante todo o processo de elaboração se baseou no Guia de Elaboração do PDTI da Secretaria de Logística e Informática – SISP do Ministério da Economia.

Para a construção desse plano foram consideradas as diretrizes estratégicas presente no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI, a estrutura organizacional de TI do Porto de Maceió, análise SWOT, respostas aos questionários de necessidades de todos os setores da APMC, os resultados do PDTI anteriores e a situação orçamentária da organização. Após a consideração de todos esses fatores, foi consolidado o PDTI da APMC que se encontrou vigente em 2018.

5.5.3. Montante de Recursos Aplicados em TI

No exercício de 2018, o investimento aplicado em TI, no âmbito da CODERN/Natal e Areia Branca, no valor apenas de R\$ 83.379,00 para continuidade da implantação do Projeto do Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária (SIGAP) por empresa terceirizada, objeto do contrato nº 009/2014.

No Porto de Maceió destaca-se a implementação da rede de fibra ótica e sistema de monitoramento, bem como os serviços de manutenção dos sistemas em funcionamento que foram desenvolvidos por empresas terceirizadas. Esses sistemas são compostos por módulos em separado (Gestão de Pessoas, Controle Patrimonial, Gerenciamento de Almoxarifado, Gestão Contábil, Gestão Financeira, Faturamento, Sistema de Pesagem e website do porto). Todavia, ocorre a comunicação entre eles através de rotinas de integração, facilitando assim os resultados desejados. Apenas o Sistema de Gestão Contábil faz a integração com o sistema de contabilidade da CODERN em Natal/RN.

Ademais, valores de pequeno montante foram aplicados em TI no exercício para manutenção de contratos de hospedagem de site; contas de e-mails; acesso à internet; backup em nuvens; e-mails corporativos, manutenção equipamentos, etc.

O cumprimento de ações do PDTI, no exercício, foi comprometido dada às limitações orçamentárias e financeiras da CODERN, tanto em Natal/RN, Areia Branca/RN, bem como Maceió/AL, conforme se verifica abaixo:

TABELA 18. Recursos Aplicados em TI nos 03 Portos

VALORES CONTRATADOS	2017	2018
INVESTIMENTO	231.608,36	83.379,00
CUSTEIO	(*)167.151,00	233.244,39
TOTAL	398.759,36	316.623,39

(*) APMC
 FONTE: COORTI/APMC/CODERN

5.5.4. Contratação Mais Relevante (Vigente em 2018)

Destaca-se o Contrato nº 009-14, de 14/04/2014 para desenvolver e implantar Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária (SIGAP), no âmbito da CODERN/Natal e Areia Branca, cujos módulos previstos são Gestão de Materiais e Serviços; Gestão de Licitações; Gestão de Compras; Gestão de Contratos; Gestão de Processos Eletrônicos; Gestão de Operações Portuárias; e Gestão Orçamentária.

a. Considerações sobre os Serviço Prestado abril/2014 até dez/2018:

Registram-se entraves operacionais que estão comprometendo a entrega global e o manuseio efetivo pelos usuários do sistema, bem como de sua integração com outras áreas da Companhia, considerando os módulos previstos no contrato.

Tal fato vem ocasionando a realização de sucessivos aditivos contratuais, levando a uma apreciação mais efetiva sobre a gestão desse contrato para consecução finalística do objeto contratual, de suma importância para melhoria dos controles internos da CODERN.

c. Recursos Investidos

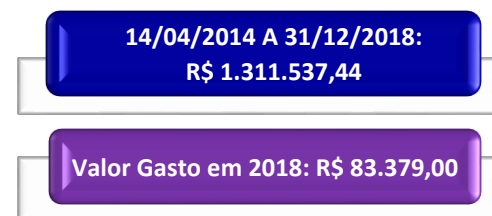


FIGURA 17. Recursos investidos e Gasto com o SIGAP

5.5.5. Atendimentos às Demandas Internas Realizados pela Equipe TI da CODERN/ Natal/Areia Branca

QUADRO 08. Atendimentos em TI nos portos de Natal e de Areia Branca

VALORES CONTRATADOS	2017	2018
Equipamentos	124	24
Programas e Aplicativos	220	43
Redes e Internet	166	33
Vistorias	0	0
Total	510	100

* Média de 02 (dois) atendimentos por dia útil. Esta média é bem maior, podendo chegar a 05 (vinco), visto que muitos setores não tem a prática de registro de chamado.

FONTE: COORTI/CODERN

5.5.6. Principais Dificuldades Enfrentadas na Gestão de TI em Natal e em Areia Branca:

- ✓ Recursos orçamentários e financeiros insuficientes para atendimento das demandas de aquisições TI previstas no PDTI;
- ✓ Riscos de comprometimento da segurança da informação, fato registrado em 2018 com 03 (três) sequestros de dados por *ransomwares* nos sistemas da CODERN, na Sede e Porto de Natal, com repercussões significativas, sobretudo, nos sistemas administrativo (folha de pagamento), financeiro e contábil;
- ✓ Número insuficiente de pessoal na área de TI, conforme recomendações previstas no Acórdão 1.200-16/14-P TCU; e
- ✓ Ausência de capacitação do pessoal da TI.

5.5.7. Perspectivas para a Gestão de TI

a. Nas unidades de Natal/RN e Areia Branca/RN:

- ✓ Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2019-2020;
- ✓ Elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2019-2020;
- ✓ Melhoria na Segurança da Informação, envolvendo a implantação de um novo Data Center, Sistema Firewall UTM e Software Antivírus Corporativo;
- ✓ Contratação de Manutenção Preventiva e Corretiva dos Ativos de TIC.
- ✓ Atualização e Contratação do Projeto de Cabeamento Estruturado;
- ✓ Reestruturação da Rede Wifi;
- ✓ Cumprimento do Plano de Capacitação da Equipe de TI;
- ✓ Implantação do Novo Sistema de Controle de Acesso de Pessoal e Veículos nos Portos de RN;

b. No Porto de Maceió

- ✓ Contratação de Sistema de Gestão Portuária
- ✓ Cumprimento do Plano de Capacitação da equipe de TI

5.6.1. Critérios de sustentabilidade nas contratações

A CODERN estabelece que todo Termo de Referência deve conter critérios de sustentabilidade para as aquisições e serviços ou no instrumento contratual. A CODERN dispõe ainda de Manual de Contratações Públicas Sustentáveis que segue as orientações do Ministério da Economia.

A Companhia vislumbra implantar Comissão de Plano de Logística Sustentável.

No que concerne à estipulação de critérios ambientais nas contratações e aquisições realizadas na Administração do Porto de Maceió, destaca-se que já se encontram inseridos nas minutas-padrão do Termo de Referência e dos Editais licitatórios, observância aos critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, do disposto na IN n.º 01/2010, da SLTI/MPOG, e das demais normas legais vigentes correlatas, referentes à redução do consumo de energia elétrica.

TABELA 19. - Consumo de Recursos Naturais e de Resíduos Poluentes

ITENS DE CONSUMO	2017	2018	VARIAÇÃO 2018/2017
CONSUMO ANUAL DE ENERGIA ELÉTRICA EM KWH	6.865.291	6.790.835	(1,08%)
CONSUMO ANUAL DE ÁGUA EM M³	31.692	24.925	(21,35%)
CONSUMO DE COPOS DESCARTÁVEIS (PACOTE COM 100 UNIDADES)	2.157	1.771	(17,89%)
CONSUMO DE PAPEL A4 (EM RESMAS)	878	994	13,21%

Refere-se apenas aos portos de Natal e de Maceió.

FONTE: COORMA, GEOPER E APMC/CODERN

5.6.2. Principais dificuldades enfrentadas para a sustentabilidade ambiental:

- ✓ Entraves na elaboração de projetos básicos de engenharia para as demandas ambientais e de segurança do trabalho impactaram a utilização dos recursos orçamentários previstos para rubrica específica da gestão ambiental; e
- ✓ Quadro de pessoal reduzido para atender às ações direcionadas à saúde e à segurança do trabalho, principalmente, no Terminal Salineiro de Areia Branca.

5.6.3. Perspectivas para a gestão de sustentabilidade ambiental

- ✓ Regularizar as operações portuárias nos aspectos ambiental e de segurança do trabalho para obtenção das licenças de operação do Porto de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca; e
- ✓ Implantar o monitoramento nos terminais portuários de Natal e de Areia Branca a fim de manter sustentabilidade nos econômico, produtivo e social.

Destacam-se, abaixo, alguns fatores que interferiram no desempenho econômico e financeiro da gestão da CODERN no exercício de 2018, com reflexos nas demonstrações contábeis.

- Dificuldade Financeira: ao longo dos anos, as despesas da CODERN foram superiores às receitas, conseqüentemente, o volume de dívidas vem aumentando, sobretudo, no tocante a tributos e contribuições sociais. Esse fato compromete e dificulta o gerenciamento financeiro, repercutindo, inclusive, no pagamento de diversas obrigações fora dos prazos de vencimentos, que geram também o pagamento de juros e multas, elevando, assim, a despesa financeira da Companhia;
- Sucessivos ataques *hackers* e vírus: em 2018, a CODERN sofreu vários ataques cibernéticos em seus servidores. Com isso, dados dos sistemas informatizados (folha de pagamento, financeiro, contabilidade, faturamento) precisaram ser totalmente relançados para recompor a base de dados. Em alguns situações, a falta de *backup* obrigou as áreas a lançarem, manualmente, as informações com a defasagem de 12 meses em relação à primeira invasão, razão pela qual houve atrasos na atualização das informações contábeis;
- Sistemas obsoletos de gestão financeira: a existência de tais sistemas já não cumprem a legislação vigente. Grande parte dos dados são inseridos manualmente, com pequenos pontos de integração, obrigando retrabalhos suscetíveis a erros;
- Cobrança a clientes inadimplentes: como resultado da perda de dados do Sistema Gerenciador Financeiro, a Companhia passou meses sem efetuar cobrança aos clientes inadimplentes, prejudicando, ainda mais, o fluxo de caixa da Companhia;
- Gestão de Custos – a inexistência de um Sistema de Gestão de Custos compromete a devida apropriação dos gastos em relação à receita auferida. A falta de tal ferramenta impede a identificação precisa de possíveis gargalos nas mais diversas áreas da Companhia, refletindo numa gestão precária de análise de custos; e

- Administração do Porto de Maceió (APMC): detém autonomia administrativa e financeira, porém, juridicamente atua como filial da CODERN. Essa autonomia ocasiona sérios transtornos na gestão financeira quando os débitos do Porto junto à Sede (rateio de despesas de órgãos colegiados), não são devidamente quitados, prejudicando o fluxo de caixa da Companhia. A APMC, também, não honra com o pagamento de seus impostos e contribuições, refletindo em situação tributária negativa do CNPJ da CODERN que, em muitas situações, obriga a Sede a efetuar parcelamentos desses débitos, sem a devida contrapartida da APMC, em tempo hábil. Destaca-se, ainda, o crescente número de bloqueios judiciais nas contas bancárias da CODERN, em consequência de processos trabalhistas, tributários e cíveis, sem que haja, posteriormente, o devido reembolso financeiro.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores
Acionista e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Natal/RN

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CODERN**, identificadas como Controladora e Consolidado que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Em 31 de dezembro de 2018, a CODERN possui valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 379.519 mil (R\$ 417.630 mil em 2017), representando aproximadamente 90% do seu ativo total. A empresa não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados, bem como não foi realizado o inventário físico dos bens, nem foi possível satisfazer-mos sobre a existência física dos bens por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Adicionalmente, conforme

Nota Explicativa nº 9, a Companhia mantém o montante de R\$ 12.067 na rubrica “Imobilizações em Curso”, que, em sua maioria, referem-se a (1) obras antigas e já concluídas e ao (2) desenvolvimento do sistema ERP que já se encontra em operação.

Na data das demonstrações contábeis de 2018, a administração ainda estava no processo de identificar as datas de quando estes bens entraram em operação e realizar o reconhecimento da depreciação. Os efeitos que a falta de controle possa ocasionar nos saldos apresentados no ativo imobilizado, e em seu resultado, não foram determinados.

Em 31 de dezembro de 2018, a CODERN possui registrado no balanço patrimonial um estoque no valor de R\$ 6.662 (R\$ 7.146 em 2017). A empresa não realizou inventário dos estoques dos Portos de Areia Branca e de Natal, os quais representam 99% do total do estoque total da companhia. Adicionalmente, a introdução do novo sistema informatizado de estoques, durante o exercício 2015, resultou em diversos erros no saldo de almoxarifado. Na data das demonstrações contábeis de 2018, a administração ainda estava no processo de sanar as deficiências do sistema e de corrigir os erros. Em decorrência desses assuntos, não foi possível determinar os ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Conforme nota explicativa nº 14, a CODERN apresenta saldos de R\$ 64.229 mil decorrentes de créditos da União, que de acordo com a contabilidade são relativos aos convênios nºs 009/2008, 001/2008 e 268/2006. Esses convênios foram firmados para a realização de investimentos em obras e ampliação. Entretanto, os contratos firmados não preveem o pagamento dos referidos investimentos e, atualmente, a CODERN não consegue estimar com confiabilidade a real exigibilidade da obrigação, bem como o seu prazo para realização. Em virtude disso não estamos em condição de opinar, bem como não opinamos sobre os efeitos no passivo e no resultado da Companhia.

Conforme discutido na 646ª reunião do Conselho de Administração no dia 24 de janeiro de 2019 (item 2.1), os usuários dos portos da CODERN, em sua maioria salineiros do Porto de Areia Branca, frequentemente, necessitam realizar manutenções corretivas, a título de doação, para que não seja paralisado suas operações do porto.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Contudo, a Companhia não realiza a contabilização dessas doações. Até a data deste relatório, não recebemos da administração da Companhia qualquer documentação e/ou informação para que pudéssemos avaliar os riscos, benefícios e montantes financeiros envolvidos nestas transações. Em virtude disto, os ativos, passivos e resultado da Companhia apresentam distorções em montante não estimado.

Em 31 de dezembro de 2018, a CODERN totalizou (R\$ 87.472 mil) de Ajustes de Exercícios Anteriores. Contudo, a Companhia apresentou suas Demonstrações Financeiras em desconformidade com as determinações das Normas Brasileiras de Contabilidade, NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Deliberação 592/09 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM), itens 42 e 49, notadamente ao que se refere representação retrospectiva dos valores comparativos devido a correção dos erros materiais de períodos anteriores.

A CODERN não reconheceu a Despesa Tributária de PIS e COFINS no montante de R\$ 2.097 mil no exercício de 2018. Os valores, em sua maioria (R\$ 1.691 mil), referem-se a falta de apuração de tributos incidentes na incorporação de bens imóveis ao patrimônio do Porto de Maceió das benfeitorias realizadas por arrendatários de áreas do porto, quando do encerramento de contratos de arrendamento. Os demais valores (R\$ 406 mil), referem-se ao não reconhecimento como receita das taxas devidas de atividade de apoio aos navios, conforme descrito na nota explicativa 24. Em 2018, a empresa ainda estava no processo de identificar e mensurar os custos atribuídos aos serviços prestados por concessionárias de água e energia e, desta forma, realizar a apuração das taxas líquidas, conforme prever o Tarifário aprovado pela ANTAQ. Como consequência, o Passivo, Patrimônio Líquido e o Resultado estão a maior em R\$ 2.097 mil.

Conforme descrito na nota explicativa 13, a CODERN constitui provisão para demandas judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes de eventos passados, em que seja provável o desembolso financeiro e o valor possa ser estimado de forma confiável. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela

natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos internos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes. A Companhia apresentou, em nota explicativa, o montante de R\$ 25.140 mil com prognóstico de Perda Possível, contudo, a assessoria jurídica da Companhia entende que são processos com perda provável. Consequentemente, o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido está a menor e a maior no referido valor.

A CODERN responde solidariamente ao Porto de Recife S/A no processo 00786888-32.2004.8.19.0001 que tramita na 45ª Vara Cível da Comarca da Capital do RJ, que tem como autor o Instituto de Seguridade Social – PORTUS, que cobra de duas das patrocinadoras (CODERN e Porto de Recife S/A) de seu plano de benefício previdenciários o pagamento de contribuições destinadas ao custeio e à consequente manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano. Relativo a esse processo, a CODERN mantém provisionado como perda provável o montante de R\$ 24.461 mil. Contudo, o valor atualizado baseado nos cálculos judiciais da execução e validados internamente pela Companhia, é R\$ 41.001 mil. Consequentemente, o Passivo Não Circulante e o Patrimônio Líquido está a menor e a maior em R\$ 16.380 mil.

De acordo com a nota explicativa nº 2, a empresa elabora as suas demonstrações financeiras considerando a premissa de continuidade operacional. Entretanto, a Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e passivo a descoberto. Entre os fatores citados na referida nota explicativa, para o quadro apresentado de descontinuidade, constam as despesas financeiras e o reconhecimento de *Impairment*. Entretanto, a empresa apresenta prejuízo acumulado de (R\$ 1.159.748 mil) em 2018 (R\$ 931.718 mil negativo em 2017), o que torna necessária divulgação sobre quais as ações da administração no sentido de reverter este quadro de prejuízo direto nas operações.

De acordo com a nota explicativa nº 1, por força do Decreto nº 99.475, de 24/08/1990 e conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31/12/2007, o Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN. Contudo, o 9º aditivo, celebrado em 27/12/2018, teve vigência até 29/07/2019.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Apesar dos Administradores alegarem que um novo Termo de Aditivo foi celebrado, não nos foi apresentado até o fim de nosso trabalho. Por outro lado, a Administração da Companhia estuda a continuidade ou a cisão entre o Porto de Natal e Areia Branca (RN) e o Porto de Maceió (AL), após solicitação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2019 e baseado na sugestão da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Em decorrência desses assuntos e da incerteza da continuidade operacional (cisão), não estamos em condição de opinar sobre os possíveis efeitos que ocasionaria nos ativos, passivos e patrimônio líquido da companhia.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião com ressalva.

Outros Assuntos

A demonstração individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para cumprimento a exigências estatutárias, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião com ressalvas, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 27 de agosto de 2019.

Emerson Auditores e Consultores S/S

Auditores Independentes
CRC /RN 547/O-8

José Emerson Firmino

Contador
CRC/RN 6570/O-6

Jarlan Pereira da Silva

Contador
CRC/RN 11701/O-0

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	18.529	24.335	19.032	25.064
Contas a Receber	5	6.406	7.610	7.494	10.166
Outros Créditos		7.125	8.585	2.782	6.177
Adiantamentos		9	22	590	580
Impostos a Recuperar		1.125	1.363	1.636	3.229
Devedores Diversos	6	5.990	7.066	556	2.234
Outros valores a receber		0	134	0	134
Estoques	7	6.584	7.092	6.662	7.146
Despesas Antecipadas		2	38	21	44
Total do Ativo Circulante		38.646	47.660	35.991	48.596
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	5.395	6.390	5.388	7.457
Contas a Receber - LP		0	0	0	0
Depósitos judiciais e Contratuais		290	1.366	945	2.430
Bloqueios Judiciais		5.097	5.016	4.432	5.016
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	251.199	302.276	379.519	417.630
Intangível		9	9	9	9
Total do Ativo não Circulante		256.604	308.677	384.937	425.119
Total do Ativo		295.250	356.336	420.928	473.715

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora			Consolidado
		31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Circulante					
Contas a Pagar	12	59	49	59	49
Fornecedores		4.003	4.213	6.331	6.336
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	51.678	22.444	92.748	44.659
Provisões	11	3.190	2.836	4.340	3.973
Outras Obrigações		1.707	1.679	4.271	2.835
Total do passivo circulante		60.638	31.220	107.749	57.852
Não Circulante					
Contas a Pagar	12	10.494	12.454	11.457	22.351
Provisão para contingências	13	36.494	36.564	40.265	40.068
Créditos para aumento de capital	16	56.818	57.682	924.133	756.738
Outros Créditos da União	14	275	275	64.229	64.229
Total do passivo não circulante		104.081	106.974	1.040.085	883.386
Total do passivo		164.719	138.194	1.147.834	941.239
Passivo a descoberto					
Capital Social	15	432.843	432.843	432.843	432.843
Créditos para aumento de capital	16	0	0	0	31.351
Prejuízos acumulados	17	(302.312)	(214.701)	(1.159.749)	(931.718)
Total do patrimônio líquido		130.531	218.142	(726.906)	(467.524)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		295.250	356.336	420.928	473.715

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2018	2017 (Reclassificação - Nota 27)	2018	2017 (Reclassificação - Nota 27)
Receita Líquida dos serviços	18	37.504	33.461	53.326	44.777
Custos operacionais	19	(44.334)	(49.627)	(65.140)	(68.151)
Lucro Bruto		(6.830)	(16.166)	(11.814)	(23.374)
(Despesas)/Receitas operacionais		(58.209)	(100.446)	(49.611)	(110.335)
Despesas gerais e administrativas	20	(17.383)	(17.669)	(33.903)	(33.216)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		(36.642)	(83.557)	(36.642)	(83.557)
Despesas tributárias		(267)	(51)	(313)	(56)
Provisões diversas	21	(7.274)	(1.521)	(7.863)	(2.114)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	22	(607)	(809)	(1.294)	(2.123)
Receitas patrimoniais	23	397	310	26.833	12.756
Outras (despesas)/receitas operacionais	24	3.567	2.851	3.571	(2.025)
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(65.039)	(116.612)	(61.425)	(133.709)
Receitas financeiras	25	3.392	2.252	3.698	2.378
Despesas financeiras	25	(10.237)	(6.279)	(88.505)	(77.020)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
IRPJ e CSLL		0	0	0	0
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0004)	(0,0007)	(0,0008)	(0,0011)

FORNTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de		Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2018	2017	2018	2017
Resultado do Período		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
Outros Resultados Abrangentes		0	0	0	0
Resultado Abrangente Consolidado do Período		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

Descrição	Nota	Capital social (Nota 14)	Créditos para aumento de Capital (Nota 15)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Controladora					
Em 31 de dezembro de 2016		432.843	0	(93.907)	338.936
Prejuízo líquido do período				(120.638)	(120.638)
Ajustes de Exercícios Anteriores				(155)	(155)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	0	(214.701)	218.142
Mutações do período		0	0	(120.793)	(120.793)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	0	(214.701)	218.142
Prejuízo líquido do período	17			(71.885)	(71.885)
Ajustes de Exercícios Anteriores	17			(15.727)	(15.727)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	0	(302.312)	130.531
Mutações do período		0	0	(87.612)	(87.612)
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2016		432.843	660.950	(723.354)	370.439
Prejuízo líquido do período				(208.351)	(208.351)
Realocação dos créditos para aumento de capital - Transferido para o Passivo Não Circulante			(629.599)		(629.599)
Ajustes de Exercícios Anteriores				(13)	(13)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	31.351	(931.717,69013)	(467.523)
Mutações do período		0	(629.599)	(208.364)	(837.962)
Em 31 de dezembro de 2017		432.843	31.351	(931.717,6901)	(467.523)
Prejuízo líquido do período	17			(146.233)	(146.233)
Ajustes de Exercícios Anteriores	17			(81.799)	(81.799)
Atualização dos créditos para aumento de capital			1.966		1.966
Realocação dos créditos para aumento de capital - Transferido para o Passivo Não Circulante	25		(33.318)		(33.318)
Em 31 de dezembro de 2018		432.843	(0)	(1.159.749)	(726.906)
Mutações do período		0	(31.351)	(228.031)	(259.382)

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		Período de doze meses findos em 31		Período de doze meses findos em 31	
		de dezembro de		de dezembro de	
		2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
Ajustes do Lucro Líquido					
Depreciação e amortização		16.861	23.231	22.041	25.601
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos		36.642	83.557	36.642	83.557
Ajustes		8.125	(156)	(52.521)	1.162
Provisões		-	280	37	786
Despesas de atualização monetária		7.238	4.778	80.399	74.234
Redução (Aumento) de Ativos					
Clientes e contas a receber		1.336	(1.736)	2.657	(2.265)
Outros créditos		1.328	478	3.209	(678)
Estoques		508	2.486	484	2.495
Despesas antecipadas		37	(27)	22	(30)
Outros ativos não circulantes		996	(857)	2.069	(957)
Aumento (Redução) de Passivos					
Contas a Pagar		10	(30)	10	(30)
Fornecedores		(209)	1.555	(5)	2.102
Obrigações Fiscais e Trabalhistas		19.924	7.326	36.429	2.126
Provisões de Férias e 13º Salário		355	181	367	340
Outras Obrigações		28	130	1.638	5.960
Outros passivos não circulantes		(25.280)	921	26.723	5.022
Provisão para contingências		-	-	-	1.644
Caixa gerado pelas operações		(3.987)	1.479	13.969	(7.279)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(3.987)	1.479	13.969	(7.279)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado		(2.425)	(1.656)	(20.607)	3.188
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.425)	(1.656)	(20.607)	3.188
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos		-	-	-	3.730
Crédito para aumento de capital		607	5.311	607	5.311
Caixa líquido das atividades de financiamento		607	5.311	607	9.041
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(5.806)	5.133	(6.032)	4.950
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		24.335	19.202	25.064	20.114
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		18.529	24.335	19.032	25.064
Varição de Caixa e Equivalentes de Caixa		(5.806)	5.133	(6.032)	4.950

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (Reclassificado - Nota 27)	2018	2017 (Reclassificado - Nota 27)
1 Receitas		37.504	39.450	53.326	66.761
1.1 Vendas de mercadoria, produtos e serviços		37.504	39.383	53.326	66.314
1.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa		0	67	0	447
2 Insumos adquiridos de terceiros		(51.197)	(97.131)	(65.235)	(112.856)
2.1 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(14.484)	(13.378)	(28.256)	(24.163)
2.2 Perda / Recuperação de valores ativos		(36.642)	(83.557)	(36.642)	(88.433)
2.3 Outras		(71)	(196)	(337)	(260)
3 Valor adicionado bruto		(13.693)	(57.681)	(11.909)	(46.096)
4 Retenções		(25.660)	(32.375)	(31.939)	(107.618)
4.1 Depreciação e amortização		(15.315)	(22.726)	(20.099)	(25.096)
4.2 Provisões		(10.345)	(9.649)	(11.840)	(82.522)
5 Valor adicionado líquido		(39.353)	(90.056)	(43.847)	(153.714)
6 Valor adicionado recebido em transferência		7.725	5.869	35.825	5.994
6.1 Receitas financeiras		3.392	2.252	3.698	2.378
6.2 Outras		4.333	3.617	32.127	3.617
7 Valor adicionado a distribuir		(31.628)	(84.187)	(8.022)	(147.719)
8 Valor adicionado distribuído		(31.628)	(84.187)	(8.022)	(147.719)
8.1 Pessoal		29.752	29.154	48.255	50.006
8.1.1 Remuneração Direta e encargos sociais		23.217	23.900	39.696	41.262
8.1.2 Benefícios		6.534	5.254	8.559	8.744
8.2 Impostos, taxas e contribuições		267	5.751	1.450	8.925
8.2.1 Impostos, taxas e contribuições		267	5.751	1.450	8.925
8.3 Remuneração de capitais de terceiros		10.237	1.546	88.505	1.701
8.3.1 Juros e Correção Monetária		10.237	1.472	88.505	1.627
8.3.2 Aluguéis		0	74	0	74
8.4 Remuneração de capitais próprios		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)
8.4.1 Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(71.885)	(120.638)	(146.233)	(208.351)

FONTE: GERFIN/CODERN

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO SOCIAL

(Em milhares de reais - R\$)						
1. Base de cálculo	2018			2017 (Reapresentado)		
	Valor em reais			Valor em reais		
Receita Líquida(RL)	53.326			44.776		
Resultado Operacional(RO)	(146.233)			(208.351)		
Folha de pagamento bruta(FPB)	32.147			29.651		
2. Indicadores Sociais	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação	3.358	10	6	1.881	6	4
Encargos sociais Compulsórios	10.155	32	19	10.535	36	24
Previdência privada	2.388	7	4	1.619	5	4
Saúde	3.419	11	6	3.221	11	7
Medicamentos	350	1	1	313	1	1
Capacidade e desenvolvimento profissional	116	0	0	36	0	0
Auxílio-creche	1	0	0	2	0	0
Aparelhos óticos	28	0	0	12	0	0
Seguro de Vida	146	0	0	55	0	0
Auxílio Educação	246	1	0	592	2	1
Seguridade no Trabalho	623	2	1	688	2	2
Total - Indicadores Sociais Internos	20.830	65	39	18.954	64	42
3. indicadores sociais externos	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor em reais	% Sobre FPB	% Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Esporte						
Combate à fome e segurança alimentar						
Outros						
Total das contribuições para a sociedade						
Tributos(excluídos encargos sociais)	1.450	5	3	1.331	4	3
Total - Indicadores Sociais externos	1.450	5	3	1.331	4	3
4. Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a prod./op da emp.	551	2	1	219	1	0
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos investimentos em meio ambiente	551	2	1	219	1	0
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo geral na produção/op. e aumentar a eficácia na utilização dos recursos naturais, a empresa	() Não possui metas () cumpre de 51 a 75%			() Não possui metas () cumpre de 51 a 75%		
	(x) Cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) Cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		

BALANÇO SOCIAL

5. Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados ao final do período	315			299		
Nº de admissões durante o período	34			3		
Nº de empregados terceirizado	76			53		
Nº de estagiários	22			25		
Nº Empregados com idade acima de 45 anos	144			149		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	53			57		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	47%			54%		
Nº de negros que trabalham na empresa	6			6		
% de cargos de chefia ocupados por negros	0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	3			3		
6. Informações Relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2018			2017		
Relação entre a maior e menor remuneração na empresa	37,12			37,12		
Número total de acidentes de trabalho	5			5		
Os projetos sociais e ambientais da emp. Foram definidos por:	()Direção ()direção/gerência (x) todos emp.			()Direção ()direção/gerência (x) todos emp.		
Os padrões de segurança e salubridade foram definidos no ambiente de trabalho por:	()Direção/gerência () todos emp. (x) todos + CIPA			()Direção/gerência () todos emp. (x) todos + CIPA		
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trab. da emp.	() Não se envolve (x) segue as normas OIT () Incentiva e segue a OIT			() Não se envolve (x) segue as normas OIT () Incentiva e segue a OIT		
A previdência Privada contempla:	()Direção ()direção/gerência (x) todos emp.			()Direção ()direção/gerência (x) todos emp.		
A participação nos Lucros ou resultados contempla:	(x)Direção ()direção/gerência () todos emp.			(x)Direção ()direção/gerência () todos emp.		
Na Seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotado pela empresa.	(x) não são considerados () são sugeridos () são exigidos			(x) não são considerados () são sugeridos () são exigidos		
Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(x) Não se envolve () apoia () organiza e incentiva			(x) Não se envolve () apoia () organiza e incentiva		
Número total de reclamações e críticas de consumidores	Na empresa	no Procon	na Justiça	Na empresa	no Procon	na Justiça
	0	0	0	0	0	0
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa	no Procon	na Justiça	Na empresa	no Procon	na Justiça
	%	%	%	%	%	%
Valor adicionado total a distribuir(em reais)	(8.267)			(147.719)		
Distribuição do valor Adicionado(DVA)	% sobre o total			% sobre o total		
Governo	587%			6,0%		
Colaboradores	17,5%			33,9%		
Acionistas	0,0%			0%		
Terceiros	1628,7%			1,2%		
Retido	-2233,2%			-41,0%		
7. Outras informações						
Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: contabilidade@codern.com.br						

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Por força do Decreto nº 99.475, de 24.08.90, o Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº SEP/001/2007-DC, celebrado entre o então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 8º Termo Aditivo a partir de 01.01.2017, vigente até 31.12.2018 e 9º Termo Aditivo a partir de 01.01.2019, vigente até 29/07/2019.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei nº 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício de findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 146.233 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 76.116 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 1.159.749 mil.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1. Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“moeda funcional”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.

3.4. Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

NOTAS EXPLICATIVAS

3.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

	% Depreciação
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Veículos	20%

3.7. Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Os valores de contas a pagar registrados no passivo não circulante também compreende a valores parcelados junto ao PORTUS e outras contas a pagar.

3.8. Benefícios a empregados

A Companhia participa de um plano de pensão para os empregados, administrado por uma empresa privada denominada PORTUS, que prevê benefícios pós-emprego, classificado como contribuição definitiva. Neste plano a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais, nem contratuais, de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10. Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede, Porto de Natal e Porto de Areia Branca) e Controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

3.11. Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas – representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16.

3.12. Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.13. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 R1 que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25 R1, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.
- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Recursos em bancos	334	195	563	616
Recursos em Tesouro - SIAFI	7.771	8.235	7.771	8.235
Aplicações financeiras	10.425	15.905	10.698	16.213
Total de caixa e equivalentes de caixa	18.529	24.335	19.032	25.064

As aplicações financeiras compreendem a aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 1% durante o exercício de 2018, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado e utilizados para pagamentos de fornecedores e impostos.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 30 de setembro, assim especificado:

Clientes e contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	10.021	10.760	12.755	14.961
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(3.616)	(3.150)	(5.261)	(4.795)
Contas a receber de clientes líquidos	6.406	7.610	7.494	10.166
Total Contas a Receber	6.406	7.610	7.494	10.166

6. Devedores diversos – outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destacando-se valor a receber do Porto de Maceió relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do CONFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS.

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Portos Conveniados	3.389	3.195	2.272	2.434
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.703	4.412	0	0
Valores a receber de bloqueios judiciais	0	351	0	351
Outros devedores diversos	96	76	482	417
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.197)	(968)	(2.197)	(968)
Total Devedores Diversos	5.990	7.066	556	2.234

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Material de consumo permanente Sede	354	240
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	6.230	6.852
Material de consumo permanente Maceió	78	54
Total	6.662	7.146

NOTAS EXPLICATIVAS

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Judiciais e Contratuais	929	1.366	2.173	2.430
(-) Prov. Depósitos Judiciais	(640)		(1.229)	
Bloqueios Judiciais	10.005	5.016	9.340	5.016
(-) Prov. Bloqueios judiciais	(4.908)		(4.908)	
Cauções	8	8	11	11
Total	5.395	6.390	5.388	7.457

Foi reconhecida na contabilidade a Provisão para perdas dos valores bloqueados de usuários, conforme despacho do Diretor Presidente, constante do Memº 126/18-GERFIN, uma vez que se tratam de valores da década de 90 e a Companhia ainda se encontra em processo de levantamento quanto a recuperabilidade destes valores.

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados conforme quadro a seguir:

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Controladora Saldo líquido em	
				31/12/2018	31/12/2017
Bens Móveis	115.578	(71.363)	-	44.215	49.969
Equipamentos Industriais	101.401	(60.656)		40.745	45.820
Embarcações	3.924	(3.213)		711	796
Veículos	251	(251)		0	3
Móveis e Utensílios	2.333	(1.085)		1.248	1.384
Informática	1.142	(943)		199	359
Máquinas	1.519	(867)		652	786
Motores	19	(13)		6	7
Aparelhos	3.285	(2.920)		365	409
Sistema de Segurança	1.018	(837)		182	231
Galpão	334	(334)		0	60
Outros bens	352	(247)		105	114
Bens Imóveis	490.333	(157.222)	(138.195)	194.917	240.533
Imóveis de natureza industrial	344.142	(118.495)	(138.195)	87.452	225.417
Instalações	78.194	(28.062)		50.132	6.466
Obras de acesso	4.816	(1.351)		3.464	1.680
Prédios	63.080	(9.314)		53.766	6.867
Terrenos	102	0		102	102
Molhe	0	0		0	0
Imobilização em Curso	13.635	-	(1.568)	12.067	11.773
Total	619.547	(228.585)	(139.762)	251.199	302.276

NOTAS EXPLICATIVAS

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Consolidado	
				31/12/2018	31/12/2017
Bens Móveis	116.331	(72.014)	-	44.318	50.103
Equipamentos Industriais	101.535	(60.731)	-	40.804	45.882
Embarcações	3.924	(3.213)	-	711	796
Veículos	585	(585)	-	0	3
Móveis e Utensílios	2.444	(1.187)	-	1.257	1.397
Informática	1.142	(943)	-	199	359
Máquinas	1.522	(869)	-	653	786
Motores	19	(13)	-	6	7
Aparelhos	3.453	(3.056)	-	397	463
Sistema de Segurança	1.018	(837)	-	182	231
Galpão	334	(334)	-	0	60
Outros bens	355	(247)	-	108	118
Bens Imóveis	629.042	(167.882)	(138.195)	322.965	355.754
Imóveis de natureza industrial	458.465	(126.958)	(138.195)	193.313	335.851
Instalações	79.072	(28.073)	-	50.999	6.466
Obras de acesso	5.751	(1.998)	-	3.752	1.680
Prédios	80.380	(9.667)	-	70.713	7.041
Terrenos	102	0	-	102	102
Molhe	5.272	(1.186)	-	4.086	4.613
Imobilização em Curso	13.804	-	(1.568)	12.236	11.773
Total	759.177	(239.896)	(139.762)	379.519	417.630

10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2018	Controladora		Consolidado
		31/12/2017	31/12/2018	
Imp. Encargos a Recolher	21.495	17.949	54.602	35.582
Salário a Pagar	899	819	918	819
Autônomos - INSS	158	161	204	161
PORTUS	<u>28.683</u>	<u>2.982</u>	<u>36.581</u>	<u>7.565</u>
Parcelamento PORTUS	17.569	0	17.569	0
Parcelamento RTSA	11.115	2.982	19.012	7.565
Parcelamento ISS	360	450	360	450
Outras obrigações	83	83	83	83
Total obrigações fiscais e trabalhistas	51.678	22.444	92.748	44.659

O valor R\$ 17.569 mil refere-se o saldo remanescente da dívida da CODERN que foi devidamente atualizado e registrado no Balanço, em 31/12/18, conforme relatório atuarial de empresa independente.

11. Provisões

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 31/12/2018, correspondentes ao valor de R\$ 4.340 mil (R\$ 3.973 mil em 31 dezembro de 2017), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	31/12/2018	Controladora		Consolidado
		31/12/2017	31/12/2018	
Prov. Férias	3.190	2.836	4.340	3.973
Prov. 13º Salário	0	0	0	0
Total férias a pagar	3.190	2.836	4.340	3.973

12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo circulante compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Empregados	16	16	16	16
Terceiros	43	33	43	33
Total contas a pagar passivo circulante	59	49	59	49

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo não circulante compreendem principalmente valores de parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Portus - Instituto de Seguridade Social	9.098	10.401	9.690	10.901
Parcelamento INSS	0	0	0	70
Parcelamento ISS	1.260	1.620	1.631	2.090
Parcelamento IRPJ	52	259	52	259
Parcelamento PIS/COFINS	84	174	84	414
Rateio - Maceió	0	0	0	0
Parcelamento PERT - Maceió	0	0	0	8.617
Total contas a pagar passivo não circulante	10.494	12.454	11.457	22.351

O saldo da Dívida com o RTSA foi atualizada até dezembro/18, totalizando em 31/12/2018 R\$ 28.702 mil, sendo apropriado R\$ 9.690 no Passivo Não Circulante e R\$ 19.012 no Passivo Circulante.

13. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências			Consolidado
	cíveis	trabalhistas	tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.557	2.508	13.002	40.068
Provisões constituídas no período	0	1.004	90	1.094
Baixas de provisões	0	(538)	(45)	(583)
Reversões	0	(268)	(45)	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	24.557	2.706	13.002	40.265

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.18, totalizou R\$ 2.706 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2018, totalizou R\$ 24.557 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2018 o montante de R\$ 13.002 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2018 somou R\$ 104.635 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	3.721	234	3.955
Causas Fiscais	38.199	36	38.235
Causas Cíveis	62.345	100	62.445
Total	104.265	370	104.635

14. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2018, totalizou R\$ 64.229 mil.

15. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2018 soma R\$ 432.843 mil.

	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	432.843	432.843
Aumento de capital com reservas	-	-
Compensação de prejuízos com redução de capital	-	-
Saldo Final	432.843	432.843

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

	Ações (Quantidade)	
	31/12/2018	31/12/2017
Ordinárias nominativas	98.365.213.231	98.365.624.890
Preferenciais nominativas	82.832.151.204	82.832.561.687
Total de ações	181.197.364.435	181.198.186.577

16. Créditos para aumento de capital

a) Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, cujos valores do Porto de Maceió (R\$ 867.315) registrados no Passivo não Circulante ocasionou um Passivo a Descoberto no Exercício, assim como contribuiu para o acréscimo do Prejuízo Acumulado da Companhia, abaixo demonstrado:

Créditos para aumento de capital	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Porto de Natal e Areia Branca	56.818	57.682
Porto de Maceió	867.315	699.056
Total	924.133	756.738

17. Prejuízos acumulados

a) Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido de 71.885 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de 74.348 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado **Consolidado** no período de R\$ 146.233 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como, depreciação, *impairment* e variação monetária passiva, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 31 de dezembro 2018 de R\$ 11.145 mil para CODERN-Sede (prejuízo) e R\$ 3.994 mil para APMC. Conforme o quadro a seguir:

	Controladora		Controlada		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado líquido	(71.885)	(120.638)	(74.348)	(87.713)	(146.233)	(208.351)
Ajustes ao resultado líquido						
Depreciação	16.861	23.231	5.180	2.370	22.041	25.601
<i>Impairment</i>	36.642	83.557	0		36.642	83.557
Variação monetária passiva	7.238	4.778	73.162	69.456	80.399	74.234
Resultado líquido ajustado	(11.145)	(9.072)	3.994	(15.887)	(7.151)	(24.959)

18. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Receita bruta dos serviços prestados	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Total da Receita bruta	43.736	39.020	62.102	52.231
(-) Impostos sobre serviços prestados	(6.232)	(5.559)	(8.776)	(7.454)
Receita líquida dos serviços prestados	37.504	33.461	53.326	44.777

19. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal e Encargos	17.895	16.477	28.269	26.765
Material de Operação	4.544	4.071	4.853	4.376
Material de Manutenção	2	17	28	36
Serviços de Manutenção e Reparos	211	204	685	676
Serviços Prestados por Terceiros	6.397	6.218	11.243	11.304
Encargos Operacionais Diversos	69	33	69	33
Depreciação Direta	15.216	22.607	19.993	24.959
Total	44.334	49.627	65.140	68.151

20. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Pessoal e Encargos	13.953	14.333	22.082	22.680
Material	334	287	707	537
Serviços de Terceiros	2.926	2.734	10.671	9.602
Outros Encargos	48	32	98	58
Depreciação	98	119	106	137
Outras despesas administrativas	23	163	239	202
Total	17.383	17.669	33.903	33.216

21. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

21. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa – PCLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e bloqueios judiciais.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prov. Créditos de liquidação duvidosa	(1.695)	(1.521)	(1.695)	(2.114)
Prov. Depósitos e bloqueios judiciais	(5.579)	0	(6.168)	0
Reversão de provisões	0	0	0	0
Saldo líquido de provisões constituídas	(7.274)	(1.521)	(7.863)	(2.114)

22. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para contingências	(685)	(877)	(1.590)	(3.715)
Reversão de provisões	78	67	296	1.592
Saldo líquido de provisões constituídas	(607)	(809)	(1.294)	(2.123)

23. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	2018	2017
Alugueis Porto de Natal	442	363
Alugueis Porto de Maceió*	27.572	13.721
Total receitas patrimoniais	28.014	14.083
(-) Deduções da receita	(1.181)	(1.327)
Total receitas patrimoniais líquidas	26.833	12.756

24. Outras (despesas)/receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas Diversas recebidos de clientes pelas taxas devidas de atividades de apoio aos navios, tais Fornecimento de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações no Porto de Natal, bem como ao fornecimento de alimentação e transporte e deslocamento ao Terminal Salineiro de Areia Branca. Incluem também nesta rubrica as Receitas Eventuais quando da liberação de depósitos judiciais e venda de ativos inservíveis.

25. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

26. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

26.1 Operações com empresas controladas

As transações com a empresa controlada (Porto de Maceió), substancialmente o Rateio de Despesas com os órgãos Colegiados (CONSAD e CONFIS), foram realizadas exclusivamente a preço de custo (Folha de pagamento, despesas com transporte, hospedagem e alimentação). Essas operações são realizadas entre a controladora e sua controlada, sendo os saldos eliminados no processo de consolidação, conforme Nota Explicativa 6.

26.2 Outras partes Relacionadas

Conforme previsto em Estatuto Social, o Conselho de Administração da Companhia é composto, dentre outros, de um representante da Classe Empresarial, indicado pelos representantes no Conselho de Autoridade Portuária. O Conselheiro que exerce atualmente esta vaga na Companhia também é Dirigente na empresa Salinor – Salinas do Nordeste S/A, a qual é usuária dos serviços da CODERN no Terminal Salineiro de Areia Branca.

As operações com a Salinor seguem as Normas Internas da CODERN, semelhante a um cliente comum não havendo qualquer distinção ou favorecimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o total das operações (faturamento) com Salinor totalizaram R\$ 24.885 mil (R\$ 24.447 em 2017), que representa 66% do total faturado (75% em 2017) no Terminal Salineiro de Areia Branca. O saldo a receber com a Salinor na mesma data totalizou R\$ 2.974 (R\$ 3.101 em 2017).

26.3 Operações com pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores pagos totalizam R\$ 25 mil (R\$ 27 mil em 2017).

27. Reclassificação de Saldos Comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação do seu desempenho operacional, com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação do Erro”, precedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em suas demonstrações de resultado e do valor adicionado.

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido e o prejuízo líquido do exercício.

DRE	Controladora		
	2017 (Apresentado)	Reclassificação Ref.	TOTAL 2017 (Reclassificado)
(Despesas)/Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(18.345)	[a]	676
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	(83.557)		0
Despesas tributárias	(51)		0
Provisões diversas	(1.521)		0
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	(809)		0
Receitas patrimoniais	221	[c]	89
Outras (despesas)/receitas operacionais	3.616	[a+c]	(766)
TOTAL	(100.446)		0

DRE	Consolidado		
	2017 (Apresentado)	Reclassificação Ref.	TOTAL 2017 (Reclassificado)
(Despesas)/Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(33.892)	[a]	676
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	(83.557)	[b]	(5)
Despesas tributárias	(51)	[c]	94
Provisões diversas	(2.114)		
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	(2.123)		
Receitas patrimoniais	12.662		
Outras (despesas)/receitas operacionais	(1.260)	[a+b+c]	(766)
TOTAL	(110.335)		0

[a] refere-se as ao Rateio de Despesas com a Controlada, conforme Nota Explicativa nº 6. Anteriormente, a Companhia apresentou como uma receita, contudo, reconhecemos que é um abatimento das despesas gerais.

[b] refere-se ao valor de Despesas Tributária (IPVA e Emplacamento) reconhecido, anteriormente, como uma Despesas de Operações de Arrendamento.

[c] refere-se ao valor de Despesas Tributária (PIS/COFINS) das vinculado a Outras Receitas Operacionais Operações, reconhecido, anteriormente, como uma Despesas de Operações de Arrendamento.

DVA	Controladora		
	2017 (Apresentado)	Reclassificação Ref.	TOTAL 2017 (Reclassificado)
1	Receitas		39.450
2	Insumos adquiridos de terceiros		0
3	Valor adicionado bruto		0
4	Retenções		0
5	Valor adicionado líquido		0
6	Valor adicionado recebido em transferência		5.869
6.1	Receitas financeiras		2.252
6.2	Outras	[a+c]	(766)
7	Valor adicionado a distribuir		(766)
8	Valor adicionado distribuído		(766)
8.1	Pessoal		29.154
8.1.1	Remuneração Direta e encargos sociais	[a]	(676)
8.1.2	Benefícios		0
8.2	Impostos, taxas e contribuições		5.751
8.2.1	Impostos, taxas e contribuições	[c]	(89)
8.3	Remuneração de capitais de terceiros		1.546
8.4	Remuneração de capitais próprios		(120.638)

NOTAS EXPLICATIVAS

DVA	2017	Reclassificação		Consolidado
		Ref.	TOTAL	2017
	<i>(Apresentado)</i>			<i>(Reclassificado)</i>
1	Receitas	66.761	0	66.761
2	Insumos adquiridos de terceiros	(112.856)	0	(112.856)
3	Valor adicionado bruto	(46.096)	0	(46.096)
4	Retenções	(107.618)	0	(107.618)
5	Valor adicionado líquido	(153.714)	0	(153.714)
6	Valor adicionado recebido em transferência	5.229	(766)	4.463
6.1	Receitas financeiras	2.378	0	2.378
6.2	Outras	2.851	[a+b+c] (766)	2.085
7	Valor adicionado a distribuir	(148.485)	(766)	(149.250)
8	Valor adicionado distribuído	(148.485)	(766)	(149.250)
8.1	Pessoal	49.329	(676)	48.653
8.1.1	Remuneração Direta e encargos sociais	40.585	[a] (676)	39.909
8.1.2	Benefícios	8.744	0	8.744
8.2	Impostos, taxas e contribuições	8.836	(89)	8.746
8.2.1	Impostos, taxas e contribuições	8.836	[b+c] (89)	8.746
8.3	Remuneração de capitais de terceiros	1.701	0	1.701
8.4	Remuneração de capitais próprios	(208.351)	0	(208.351)

Natal, RN, 31 de dezembro de 2018

Elis Treidler Öberg
Diretor-Presidente
CPF: 310.558.777-20

Ulisses Danilo Silva Almeida
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF: 843.994.147-15

Francisco Mont'Alverne Pires
Diretor Técnico-Comercial
CPF: 434.227.137-00

Francisco Josefran de Aquino Júnior
Gerente de Recursos Financeiros
CPF: 011.815.944-56

Ana Maria de Sena
Contadora - CRC/3815/RN
CPF: 201.065.804-34

- ❖ A Assembleia Geral Ordinária de 31/08/2018 opinou pela não aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017 por não traduzi-las de modo adequado a situação patrimonial e financeira da CODERN, conforme Parecer SEI Nº 68/2018/GESET/COPAR/SUPEF/STN-MF, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, de 22/08/2019. Providências foram adotadas para sanar os pontos relatados pela Auditoria Independente que embasaram a decisão da referida Assembleia, sendo corrigidas, parcialmente, nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, que acima fora apresentado.
- ❖ No decorrer do exercício de 2018, a gestão da CODERN passou por 03 mudanças na Diretoria da Presidência, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração, nos termos das disposições estatutárias. No início de 2019, assumiu uma nova Diretoria-Executiva, incluindo novo Diretor-Presidente.
- ❖ Ataque cibernético de *hackers* e de vírus no servidor da CODERN/Natal afetou todos os sistemas – folha de pagamento, faturamento, tesouraria e almoxarifado – interligados ao sistema contábil, comprometendo a elaboração das informações contábeis da Companhia. Tal fato demandou efetuar todos os lançamentos nesses sistemas, manualmente, dada a impossibilidade de integração das informações com a contabilidade tendo, em alguns casos, esses lançamentos retroagidos em um ano.
- ❖ Os temas abordados no Relatório de Gestão buscam evidenciar as áreas finalísticas da CODERN, envolvendo as operações portuárias e os negócios almejados para ampliar a movimentação de cargas, principal fonte de receitas da Companhia. Visa-se, ainda, apresentar o desempenho das áreas de apoio – orçamentário, financeiro, pessoal, tecnologia da informação, ambiental, segurança. A elaboração do Relatório de Gestão ocorreu de forma participativa com os gestores de todas as áreas da CODERN, por meio da instituição de comissão específica, designada pelo Diretor-Presidente.
- ❖ O Diretor-Presidente da CODERN, ao tomar conhecimento das Deliberações e/ou Acórdãos exarados pelo Tribunal de Contas da União - TCU, adota as providências junto às áreas responsáveis. O acompanhamento do atendimento das determinações/recomendações é realizado pela área jurídica da Companhia com o apoio da Auditoria Interna.
- ❖ O tratamento das recomendações do Órgão de Controle Interno, Controladoria Geral da União-CGU, segue o mesmo procedimento de providências junto às áreas responsáveis, cujo a acompanhamento é realizado pelo Assessoria da Presidência da CODERN.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

A Diretoria Executiva da Companhia Docas do Rio Grande do Norte aprova o Relatório Integrado 2018 elaborado em consonância com as orientações gerais para elaboração dos relatórios de gestão de 2018 (Relatório Integrado).

Elis Treidler Öberg
Diretor-Presidente

Ulisses Danilo Silva Almeida
Diretor Administrativo e Financeiro

Francisco Mont'Alverne Pires
Diretor Técnico e Comercial



CRÉDITOS

Participaram da elaboração desse Relatório de Gestão todos os órgãos da CODERN, incluindo a Administração do Porto de Maceió, por meio da Comissão Portaria DP nº054/2019, bem como sob a orientação da Diretoria-Executiva, composta pelo Diretor-Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro e o Diretor Técnico e Comercial.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente da CODERN

Elis Treidler Öberg

Diretor Administrativo e Financeiro

Ulisses Danilo Silva Almeida

Diretor Técnico e Comercial

Francisco Mont'Alverne Pires

EXECUTORES

Gerência de Planejamento e Orçamento

Gerência Administrativa

Gerência de Recursos Financeiros

Gerência de Infraestrutura e Suporte Operacional

Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca

Gerência Comercial e Gestão de Contratos

Gerência da Auditoria Interna

Gerência Jurídica

Ouvidoria

Coordenadoria de Tecnologia da Informação

Coordenadoria de Conformidade e Gestão de Riscos

Coordenadoria de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho

Guarda Portuária

Administração do Porto de Maceió

PROJETO GRÁFICO

Michele Queirós Moura

Analista Portuário/ Gerência de Planejamento e Orçamento